



Relatório Contábil de Encerramento de Exercício 2020

Fundação Universidade Federal de Viçosa Órgão 26282

Viçosa - 2021



Apresentação

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil. Ela foi inaugurada como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), em 28 de agosto de 1926. A Esav foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), em 1948, e federalizada, como UFV, em 1969. Além do *campus* localizado na cidade de Viçosa, a Universidade possui, desde 2006, os *campi* UFV – Florestal e UFV – Rio Paranaíba, localizados em Florestal (MG) e em Rio Paranaíba (MG), respectivamente.

Inicialmente, a instituição se destacou nas Ciências Agrárias, com os cursos de Agricultura e de Veterinária. Hoje, além de continuar sendo referência na área, também possui excelência no ensino, na pesquisa e na extensão das ciências Biológicas, Exatas e Humanas.

A UFV oferece ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação nos seus três *campi*, nos quais estão matriculados mais de 20 mil estudantes. No total, a Universidade já graduou mais de 60 mil profissionais e orientou a defesa de mais de 12 mil dissertações de mestrado e quatro mil teses de doutorado.

A estrutura organizacional da UFV é composta pelos Colegiados Superiores — o Conselho Universitário (Consu) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) — e pela Administração Superior, formada pela Reitoria, as Pró-Reitorias de Administração; de Assuntos Comunitários; de Ensino; de Extensão e Cultura; de Gestão de Pessoas; de Pesquisa e Pós-Graduação; e de Planejamento e Orçamento, os três *Campi* e os quatro Centros de Ciências.

Frequentemente, a Universidade Federal de Viçosa é destaque em rankings educacionais do país e do mundo. Ela já esteve, três vezes, entre as 100 melhores instituições de ensino superior do mundo na área das Ciências Agrárias e Florestais, de acordo com o *QS World University Rankings*, e entre as melhores de Minas Gerais, segundo o ranking da *Times Higher Education* e o *Brics & Emerging Economies*. O desempenho dos estudantes do Colégio de Aplicação (CAp-Coluni) também foi considerado, por sete vezes consecutivas, o melhor, entre as escolas públicas do país, no Exame Nacional de Educação do Ensino Médio (Enem).

Obs: Informações retiradas do site institucional da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://www.ufv.br/apresentacao/>



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Fundação Universidade Federal de Viçosa.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT TSP 11 de 18/10/2018 (D.O.U. 31/10/2018), NBCT TSP Estrutura Conceitual de 23/09/2016 (D.O.U. 04/10/2016), o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* e o *Manual SIAFI macrofunção 020315*, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

a) Em relação aos imóveis da Instituição, há evolução incompatível dos bens em andamento e bens de uso especial, registrados no Spiunet e SIAFI, observado ainda alguns saldos alongados em determinadas unidades.

Providências: Com base nos saldos apurados, foi enviada comunicação interna aos responsáveis pela gestão e acompanhamento de obras e imóveis, a fim de atualizar as informações das obras e imóveis, bem como apurar os valores de benfeitorias realizadas por terceiros e possivelmente não registradas.

b) Na UFV existe o Sistema Integrado de Materiais - SIM que é utilizado para gerenciar e auxiliar as informações dos processos de compras da UFV, estoque e controle patrimonial. O sistema, que foi desenvolvido pela Instituição, encontra-se em processo de descontinuidade das funcionalidades do controle patrimonial, além de não possuir integração aos demais Sistemas Estruturantes do Governo Federal, gerando divergências para conciliação e acompanhamento da evolução tempestiva entre os sistemas patrimonial e contábil.

Providências: a Instituição solicitou adesão ao SIADS, sistema estruturante, em atendimento a Portaria MPDG nº 385/2018, alterada pela Portaria ME nº 232/2020. Da mesma forma, fora iniciado trabalho de comissão inventariante, o que permitirá a atualização dos dados para migração entre sistemas.

c) Os bens intangíveis classificados como vida útil indefinida (não amortizáveis) não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Conforme calendário de implantação do Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCCP – portaria STN nº 548/2015) já estava previsto o início da mensuração e evidenciação de intangíveis com as respectivas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável. Identificou-se ainda o não registro de bens intangíveis atribuídos às marcas e patentes.

Providências: em se tratando de bens que guardam relação com a integração do sistema de gestão patrimonial e/o documento que suporte a informação, este assunto está sendo tratado junto à reestruturação do controle patrimonial, concomitante à implantação do novo Sistema de Gestão Patrimonial. Concomitantemente foi iniciada tratativas com a Comissão



Permanente de Propriedade Intelectual – CPPI para levantamento inicial dos bens para avaliação por comissão competente.

d) A Instituição vem apresentando em alguns exercícios anteriores inconsistências já identificadas em relação aos Ativos e Passivos Extraorçamentários, bem como as contas de Disponibilidade de Destinação de Recursos a utilizar Extraorçamentária, o qual foram originados por erros em processamento dos documentos contábeis e financeiros sem a devida contrapartida, valores de terceiros, cauções, recursos disponíveis a classificar etc.

Providências: durante o exercício foram identificados e listados todos os documentos de origem dos desequilíbrios, bem como iniciado os procedimentos para regularização.

e) Há divergência entre a arrecadação de receitas próprias e o controle dos contratos de terceiros (atos potenciais ativos), resultante do não registro deste último pelo serviço competente.

Providências: encaminhado aos envolvidos - serviço de arrecadação para devidos registros, considerando ainda a atualização dos processos, relatórios e planilhas pela gestão de imóveis.

f) Saldos alongados em contas de provisionamento de valores a receber de ex servidores, com impacto na análise e controle adequado das contas de recebíveis, não regularizados em época oportuna.

Providências: Parte desta conta foi baixada ainda no decorrer do exercício de 2020 referente a identificação de valores indevidos, sendo objeto de contínua análise e ajustes para melhor compreensão do ativo.

g) Saldos alongados em contas transitórias do passivo circulante referente à conta Darf a Emitir, originado de retenções de despesas com diversos fornecedores, ainda pendentes de pagamento, incluindo RPP, podendo impactar nos indicadores econômico-financeiros.

Providências: Foi levantado todos os processos dos fornecedores (RPP) junto aos responsáveis para possibilitar verificar o adequado recolhimento do tributo ou baixa.

Estou ciente das responsabilidades cíveis e profissionais desta declaração.

Viçosa (MG), 19 de janeiro de 2021.

Fernando Antônio Silva Frutuoso
CRC/MG 78280/O
Contador Responsável



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DIRETORIA FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2021 PAGINA 1 1

SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	73.240.745,48	73.422.681,48	PASSIVO CIRCULANTE	216.699.655,29	422.900.494,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.220.287,08	71.128.265,21	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	72.756.010,48	73.259.980,77
Créditos a Curto Prazo	1.094.586,24	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.094.586,24	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.792.224,94	3.139.650,34
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	1.469.543,09	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	23.531,07	24.926,89
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	925.872,16	824.873,18	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	138.127.888,80	346.475.936,66
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.231.599.035,35	1.211.500.764,05	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	794.763,77	392.964,39
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	794.763,77	392.964,39
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimen- tos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	217.494.419,06	423.293.459,05
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	1.231.238.968,54	1.211.411.457,16			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
19/01/2021

PAGINA
2 1

SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

			Reservas de Lucros			
Bens Móveis	112.546.491,87	102.174.758,98				
Bens Móveis	166.436.106,79	148.917.252,25				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-53.889.614,92	-46.742.493,27				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-				
Bens Imóveis	1.118.692.476,67	1.109.236.698,18				
Bens Imóveis	1.128.354.365,01	1.117.793.444,99				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-9.661.888,34	-8.556.746,81				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-				
Intangível	360.066,81	89.306,89				
Softwares	360.066,81	89.306,89				
Softwares	360.066,81	89.306,89				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-				
Diferido	-	-				
TOTAL DO ATIVO	1.304.839.780,83	1.284.923.445,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.304.839.780,83	1.284.923.445,53	

Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	1.087.345.361,77	861.629.986,48
Resultado do Exercício	215.204.610,68	-355.246.002,31
Resultados de Exercícios Anteriores	861.629.986,48	1.216.683.881,18
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.510.764,61	192.107,61
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.087.345.361,77	861.629.986,48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	71.220.287,08	71.487.569,57	PASSIVO FINANCEIRO	144.640.007,22	107.817.479,52
ATIVO PERMANENTE	1.233.619.493,75	1.213.435.875,96	PASSIVO PERMANENTE	151.629.828,83	358.801.508,55
			SALDO PATRIMONIAL	1.008.569.944,78	818.304.457,46

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.997.758,74	57.798.545,32	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	143.557.723,46	151.095.799,00
Atos Potenciais Ativos	57.997.758,74	57.798.545,32	Atos Potenciais Passivos	143.557.723,46	151.095.799,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	57.997.758,74	57.289.866,72	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	508.678,60	Obrigações Contratuais	143.557.723,46	151.095.799,00
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	57.997.758,74	57.798.545,32	TOTAL	143.557.723,46	151.095.799,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-22.012.811,37
Recursos Vinculados	-51.406.908,77
Educação	-9.142.000,14
Seguridade Social (Exceto Previdência)	922,10
Previdência Social (RPPS)	-10,58
Previdência Social (RGPS)	12.542,88
Dívida Pública	-30.090.462,14
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-3.795.189,36
Outros Recursos Vinculados	-8.392.711,53
TOTAL	-73.419.720,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/01/2021 PAGINA 1 1

SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	11.336.297,00	11.336.297,00	4.239.369,77	-7.096.927,23
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	995.604,00	995.604,00	805.119,80	-190.484,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	458.703,00	458.703,00	258.584,11	-200.118,89
Valores Mobiliários	536.901,00	536.901,00	546.535,69	9.634,69
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	8.847,00	8.847,00	-	-8.847,00
Receitas de Serviços	10.331.846,00	10.331.846,00	3.394.281,04	-6.937.564,96
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.330.246,00	10.330.246,00	3.393.346,26	-6.936.899,74
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	1.600,00	1.600,00	934,78	-665,22
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	39.968,93	39.968,93
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	12.725,85	12.725,85
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	27.243,08	27.243,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	345.724.882,00	345.724.882,00	-	-345.724.882,00
Operações de Crédito	345.607.982,00	345.607.982,00	-	-345.607.982,00
Operações de Crédito Internas	345.607.982,00	345.607.982,00	-	-345.607.982,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	116.900,00	116.900,00	-	-116.900,00
Alienação de Bens Móveis	116.900,00	116.900,00	-	-116.900,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	357.061.179,00	357.061.179,00	4.239.369,77	-352.821.809,23
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	357.061.179,00	357.061.179,00	4.239.369,77	-352.821.809,23
DEFICIT	-	-	982.328.523,27	982.328.523,27
TOTAL	357.061.179,00	357.061.179,00	986.567.893,04	629.506.714,04
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-



DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.149.876.750,00	1.189.319.400,00	967.037.758,01	915.902.733,68	854.019.470,10	222.281.641,99
Pessoal e Encargos Sociais	776.734.596,00	817.400.628,00	811.741.306,87	811.737.573,85	755.813.693,19	5.659.321,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	373.142.154,00	371.918.772,00	155.296.451,14	104.165.159,83	98.205.776,91	216.622.320,86
DESPESAS DE CAPITAL	13.374.890,00	13.374.890,00	19.530.135,03	3.161.097,70	2.849.929,69	-6.155.245,03
Investimentos	13.374.890,00	13.374.890,00	19.530.135,03	3.161.097,70	2.849.929,69	-6.155.245,03
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.163.251.640,00	1.202.694.290,00	986.567.893,04	919.063.831,38	856.869.399,79	216.126.396,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.163.251.640,00	1.202.694.290,00	986.567.893,04	919.063.831,38	856.869.399,79	216.126.396,96
TOTAL	1.163.251.640,00	1.202.694.290,00	986.567.893,04	919.063.831,38	856.869.399,79	216.126.396,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.008.194,44	18.659.901,08	17.274.723,44	16.889.447,74	604.507,39	2.174.140,39
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.008.194,44	18.659.901,08	17.274.723,44	16.889.447,74	604.507,39	2.174.140,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.474.907,27	22.182.526,23	14.150.315,19	13.428.658,32	24.627,67	10.204.147,51
Investimentos	1.474.907,27	22.182.526,23	14.150.315,19	13.428.658,32	24.627,67	10.204.147,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.483.101,71	40.842.427,31	31.425.038,63	30.318.106,06	629.135,06	12.378.287,90

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.292.743,42	61.777.982,73	61.586.331,94	187.847,30	2.296.546,91
Pessoal e Encargos Sociais	-	57.425.874,90	57.425.864,32	-	10,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.292.743,42	4.352.107,83	4.160.467,62	187.847,30	2.296.536,33
DESPESAS DE CAPITAL	220.996,56	700,00	-	-	221.696,56
Investimentos	220.996,56	700,00	-	-	221.696,56
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
TOTAL	2.513.739,98	61.778.682,73	61.586.331,94	187.847,30	2.518.243,47

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	4.239.369,77	11.265.121,27	Despesas Orçamentárias	986.567.893,04	973.934.475,70
Ordinárias	-	-	Ordinárias	573.442.907,10	796.063.706,27
Vinculadas	4.681.341,99	11.484.740,86	Vinculadas	413.124.985,94	177.870.769,43
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	10.077.572,12	12.508.521,66
Alienação de Bens e Direitos	-	91.200,00	Seguridade Social (Exceto Previdência)	107.912.020,95	469.524,30
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.681.341,99	11.393.540,86	Previdência Social (RPPS)	159.216.635,00	145.305.482,49
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-441.972,22	-219.619,59	Receitas Financeiras	-	2.307.138,27
			Dívida Pública	114.762.718,53	-
			Alienação de Bens e Direitos	31.400,00	59.800,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.742.506,16	17.220.302,71
			Outros Recursos Vinculados	8.382.133,18	-
Transferências Financeiras Recebidas	951.870.427,64	957.619.350,92	Transferências Financeiras Concedidas	7.225.718,44	9.424.244,89
Resultantes da Execução Orçamentária	919.464.660,86	931.760.857,18	Resultantes da Execução Orçamentária	5.553.912,55	7.251.421,59
Repasso Recebido	914.470.748,31	924.509.435,59	Sub-repasso Concedido	4.993.912,55	7.251.421,59
Sub-repasso Recebido	4.993.912,55	7.251.421,59	Repasso Devolvido	560.000,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	32.405.766,78	25.858.493,74	Independentes da Execução Orçamentária	1.671.805,89	2.172.823,30
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	31.726.303,59	25.256.526,43	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.659.961,47	2.037.820,12
Demais Transferências Recebidas	-	17.329,34	Demais Transferências Concedidas	0,01	37.265,89
Movimentação de Saldos Patrimoniais	679.463,19	584.637,97	Movimento de Saldos Patrimoniais	11.844,41	97.737,49
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	130.031.433,30	109.290.235,91	Pagamentos Extraorçamentários	92.255.597,36	97.254.179,76
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	62.194.431,59	61.740.774,72	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	61.586.331,94	67.636.686,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	67.504.061,66	40.842.427,31	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.318.106,06	22.912.616,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	114.362,68	6.706.999,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	118.565,26	6.703.421,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários	218.577,37	34,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	232.594,10	1.455,07
Arrecadação de Outra Unidade	8.473,66	34,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.141,96	1.455,07
Valores para Compensação	210.103,71	-	Demais Pagamentos	231.452,14	-
Saldo do Exercício Anterior	71.128.265,21	73.566.457,46	Saldo para o Exercício Seguinte	71.220.287,08	71.128.265,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.128.265,21	73.566.457,46	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.220.287,08	71.128.265,21
TOTAL	1.157.269.495,92	1.151.741.165,56	TOTAL	1.157.269.495,92	1.151.741.165,56



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.206.170.399,61	985.025.493,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.653.775,62	10.269.836,67
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	6.966,09
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.653.775,62	10.262.870,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	545.863,09	741.255,51
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	109,53	5.080,61
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	545.753,56	736.174,90
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	953.682.042,87	959.974.159,48
Transferências Intragovernamentais	951.870.427,64	957.619.350,92
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.811.615,23	2.354.808,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	248.240.275,44	13.862.493,66
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	91.200,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	248.240.275,44	13.771.293,66
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	48.442,59	177.748,23
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos

Remuneração a Pessoal

Encargos Patronais

Benefícios a Pessoal

Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Aposentadorias e Reformas

Pensões

Benefícios de Prestação Continuada

Benefícios Eventuais

Políticas Públicas de Transferência de Renda

Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Uso de Material de Consumo

Serviços

Depreciação, Amortização e Exaustão

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

Juros e Encargos de Mora

Variações Monetárias e Cambiais

Descontos Financeiros Concedidos

Aportes ao Banco Central

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Transferências e Delegações Concedidas

Transferências Intragovernamentais

Transferências Intergovernamentais

Transferências a Instituições Privadas

Transferências a Instituições Multigovernamentais

Transferências a Consórcios Públicos

Transferências ao Exterior

Execução Orçamentária Delegada a Entes

Outras Transferências e Delegações Concedidas

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Perdas com Alienação

Perdas Involuntárias

Incorporação de Passivos

Desincorporação de Ativos

Tributárias

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Contribuições

	EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
	-	-
	48.442,59	177.748,23
	990.965.788,93	1.340.271.495,86
Pessoal e Encargos	518.562.937,88	557.064.915,51
Remuneração a Pessoal	403.964.830,15	433.910.771,82
Encargos Patronais	93.598.828,86	82.805.306,85
Benefícios a Pessoal	20.999.278,87	40.348.836,84
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	339.803.483,85	305.233.596,22
Aposentadorias e Reformas	267.734.324,53	259.400.194,85
Pensões	53.516.048,65	45.378.497,27
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.553.110,67	454.904,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	78.632.613,86	342.011.986,99
Uso de Material de Consumo	7.201.663,91	8.125.314,36
Serviços	63.178.686,77	323.412.352,05
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.252.263,18	10.474.320,58
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.020,00	464,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.020,00	464,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.338.031,26	10.829.512,64
Transferências Intragovernamentais	7.225.718,44	9.424.244,89
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	45.487,92	45.417,92
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	1.449,52
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.066.824,90	1.358.400,31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	35.636.066,88	115.471.390,07
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	35.221.605,04	114.798.986,77
Desincorporação de Ativos	414.461,84	672.403,30
Tributárias	303,68	592,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	303,68	592,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

	EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
TÍTULO		
SUBTÍTULO		
ORGÃO SUPERIOR		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.991.331,52	9.659.038,39
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.820.922,22	9.449.691,55
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	170.409,30	209.346,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	215.204.610,68	-355.246.002,31

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2020	2019

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.370.609,88	15.324.339,13
INGRESSOS	956.442.737,46	975.500.306,07
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial	258.584,11	622.427,10
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		6.966,09
Receita de Serviços	3.394.281,04	9.645.060,09
Remuneração das Disponibilidades	546.535,69	721.753,76
Outras Receitas Derivadas e Originárias	39.968,93	177.714,23
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais		
Intragovernamentais		
Outros Ingressos Operacionais	952.203.367,69	964.326.384,80
Ingressos Extraorçamentários	114.362,68	6.706.999,88
Transferências Financeiras Recebidas	951.870.427,64	957.619.350,92
Arrecadação de Outra Unidade	8.473,66	34,00
Valores para Compensação	210.103,71	
DESEMBOLSOS	-940.072.127,58	-960.175.966,94
Pessoal e Demais Despesas	-839.856.052,74	-861.383.510,69
Segurança Pública	-588.209,00	
Relações Exteriores		
Assistência Social		-283.741,65
Previdência Social	-325.666.942,06	-295.213.090,81
Saúde		
Trabalho		
Educação	-505.778.064,11	-556.070.773,37
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo	-137.982,65	-101.314,52
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental	-2.118.191,70	-1.646.974,40
Ciência e Tecnologia	-200.000,00	-65.970,00
Agricultura	-2.025.000,00	-4.823.491,99
Organização Agrária	-597.599,00	-3.164.766,88
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte	-2.269.643,25	
Desporto e Lazer	-460.792,01	

Encargos Especiais	-12.487,00	-11.932,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.141,96	-1.455,07
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-92.640.339,00	-82.664.789,83
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais	-92.594.851,08	-82.618.041,91
Outras Transferências Concedidas	-45.487,92	-46.747,92
Outros Desembolsos Operacionais	-7.575.735,84	-16.127.666,42
Dispêndios Extraorçamentários	-118.565,26	-6.703.421,53
Transferências Financeiras Concedidas	-7.225.718,44	-9.424.244,89
Demais Pagamentos	-231.452,14	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.278.588,01	-17.762.531,38
INGRESSOS		91.200,00
Alienação de Bens		91.200,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	-16.278.588,01	-17.853.731,38
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.965.975,90	-15.187.872,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.312.612,11	-2.665.858,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	92.021,87	-2.438.192,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	71.128.265,21	73.566.457,46
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	71.220.287,08	71.128.265,21



NOTAS EXPLICATIVAS DO 4º TRIMESTRE DE 2020

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000. Além de abranger as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

Deste modo, as demonstrações contábeis visam fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade em relação à sua situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Balanço Orçamentário (BO);
- III. Balanço Financeiro (BF);
- IV. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Vale ressaltar que a adoção do conceito de conta única decorrente do princípio de unidade de tesouraria, instituído pelos arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige o controle das receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, em caixa único. Com isso, no BF os saldos advindos de exercício anterior com destinação para o seguinte deverão constar no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados conforme as opções e premissas do modelo PCASP incluem:

2.1. Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Portanto, no âmbito da UFV, as demonstrações contábeis não apresentam registros em moeda estrangeira. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.05 – Conta Única do Tesouro Nacional.*

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o dinheiro em caixa oriundo da Conta Única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber em curto prazo decorrentes de créditos não tributários; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos e valores a compensar, entre outros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros. *Manual Siafi, macrofunções: 02.03.37 – Créditos a Receber – Clientes; 02.03.38: Créditos Oriundos de Transferências a Receber – Doações; 02.03.39: Créditos Decorrentes de Empréstimos e Financiamentos Concedidos; 02.03.41: Créditos a Receber – Tributos a Recuperar ou Compensar; 02.03.42: Ajustes para Perdas Estimadas; 02.11.38: Diversos Responsáveis.*

2.4. Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. Nas saídas, o método para mensuração e avaliação dos estoques é o Custo Médio Ponderado. No âmbito da UFV,



ressalta-se a possibilidade de redução de valores do estoque em razão das contas de ajustes de perdas ou valor de mercado, quando o registrado superar o de mercado. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.48 – Estoques; 02.03.42 – Ajustes para Perdas Estimadas.*

2.5. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis reconhecidos inicialmente pelo valor ou custo de aquisição, construção ou produção. Após reconhecidos, os bens sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (em caso de vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado se aumentarem a vida útil do bem e serem capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Quando os gastos não geram tais benefícios são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.44 – Bens Imóveis; 02.03.43 – Bens Móveis; 02.11.34 – Movimentação e Alienação de Bens; 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.*

2.6. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor sofridas ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os intangíveis referem-se, principalmente, aos softwares de vida útil definida, chamados de softwares de prateleira, e indefinida se desenvolvidos institucionalmente pelo setor de Tecnologia da Informação da instituição em questão. No âmbito da UFV, encontram-se registrados contabilmente os softwares de vida útil indefinida adquiridos de terceiros. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.; 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável; 02.03.45 – Ativos Intangíveis.*

2.7. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a contabilização da depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, que engloba os custos diretos e indiretos. Portanto, aplica-se o método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens imóveis não objeto de cadastro no SPIUnet, e quotas constantes, para os bens móveis.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis, não cadastrados no SPIUnet, e bens móveis deve iniciar no primeiro dia do mês seguinte à sua colocação em uso. Entretanto, se o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

2.8. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. O valor depreciado dos bens imóveis da UFV é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição por meio do Método da Parábola de Kuentzle, sendo o registro realizado no Siafi pela CCONT/STN. A depreciação iniciará no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

2.9. Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos devidos encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações. *Manual Siafi, macrofunção: 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos; 02.03.17 – Restos a Pagar.*

2.10. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

2.10.1. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que a geração de benefícios econômicos fluirão para a UFV e podem ser mensuradas confiavelmente por meio do regime de competência. Ressalta-se a exceção quanto às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa conforme orientação do modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, que implica na saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos com base no regime de competência. As despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas seguem o regime de caixa de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após isso, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP, que semelhantemente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, evidencia o resultado patrimonial como medida do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

2.10.2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como os demais órgãos da União, segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas com base no art. 35 supracitado. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário e o superávit com as despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita abrangem os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de recursos vinculados às despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.10.3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, ocorridos durante o exercício, que alteraram as disponibilidades da UFV. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Contudo, esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Além disso, em observância ao princípio de caixa único, pode-se verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimentos e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Assim, pode-se comparar os fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e o total do passivo a fim de identificar, por exemplo, a parcela de recursos utilizada para pagamento da dívida e investimentos e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao valor disponível que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, para atender as despesas com vinculação de pagamento, com o registro contábil realizado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento à disposição dos órgãos. Além de contemplar o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional.

O total da conta Caixa e Equivalentes de Caixa pode ser observado no Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa. A variação entre o saldo apresentado nos encerramentos dos exercícios de 2019 e 2020 foi negativo em 17,54%.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.220.287,08	71.128.265,21	0,12

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Do total de R\$ 71.220.287,08 referente a composição da conta Caixa e Equivalente de Caixa, R\$ 59.432.456,28 (83%) correspondem aos repasses financeiros para o pagamento da folha de pessoal e encargos do mês de dezembro/2020 registrados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem pagamento. Desta forma, estão comprometidos, aprovados e aguardando somente liberação do financeiro.

Vale ressaltar que a rotina de pagamento sofreu mudanças a partir de 31/12/2018, ou seja, as ordens de pagamento da folha de pessoal foram assinadas no último dia útil do mês e seus valores foram creditados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento e debitados na conta Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento até a sua efetivação no primeiro dia útil do mês seguinte.

Foi regularizado no exercício o saldo irregular da conta Caixa em moeda estrangeira, no valor de R\$ 18.708,70, o qual estava registrado incorretamente, por se referir à bônus adquiridos da UNESCO e constava de diversos exercícios anteriores, conforme Relatório de Inconsistências e Restrições encaminhado à Setorial de Contabilidade do MEC.

Apesar de não relevante, ainda permanece pendente de baixa o saldo da conta “Demais Contas - Caixa Econômica Federal, referente a garantias na modalidade caução, retidas de fornecedores, porém, sem a eficácia devida, tendo em vista que os bens adquiridos foram recebidos e/ou o valor resgatado. Providências foram levantadas junto à agência bancária para apuração e ratificação dos saldos com base nos extratos bancários para baixa.

3.2. Demais créditos e Valores a curto prazo

Essa conta se refere a adiantamento concedido a servidores, fornecedores e terceiros, tendo baixa representatividade no grupo do Ativo. No encerramento do exercício de 2020 representou apenas 1,5% do Ativo Circulante, além de sofrer pouca variação em relação ao exercício anterior.

Tabela 2 – Demais créditos e Valores a curto prazo R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/20	AV %	31/12/2019	AV %
Adiantamentos concedidos	689.972,91	18,07	704.843,27	-61,94
Tributos a Recuperar/Compensar	0,00	22,94	210.103,71	-100
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	404.613,33	58,99	554.596,11	-29,5



Demais créditos e Valores a curto prazo - Total	1.094.586,24	100,00	1.469.543,09	-55,14
--	---------------------	---------------	---------------------	---------------

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

A conta Adiantamentos Concedidos se refere principalmente a adiantamentos de salários, férias e 13º salário com aproximadamente 60% do grupo. Em relação ao exercício de 2019, apresentou uma variação negativa de 2,11%, considerando os ajustes e procedimentos adotados no exercício corrente, quanto ao controle dos saldos no DDP/PGP.

O adiantamento a prestadores de serviços se refere às despesas de contratação de empresas de despacho aduaneiro visando o pagamento de despesas acessórias com importação. Percebe-se que no período de análise não houve movimentação da conta, apesar de não relevante, sendo necessário apuração do andamento dos processos junto ao serviço de contratação para conciliação.

A conta de Tributos a Recuperar foi totalmente baixada por motivo de registro incorreto, o que foi motivo de desequilíbrio e inconsistências contábeis em exercícios anteriores, conforme informado das equações contábeis (298 e 696 - extra-orçamentárias), e notificadas à Setorial Contábil do MEC.

O saldo de Outros créditos a receber e valores a curto prazo remetem a créditos provisionados a receber de acerto com ex servidores, conforme processo em análise na Procuradoria Jurídica, sendo necessário a conciliação dos valores registrados. Além disso, a redução do valor desta conta foi reflexo da baixa de recebíveis indevidos (créditos a receber de folha de pagamento), referente a registros identificados como incorretos, e que gerou inconsistências e desequilíbrios em exercícios anteriores e apontados em notas explicativas e Setorial Contábil do MEC.

Necessário ainda reportar a provisão dos direitos a receber decorrente dos rendimentos de depósitos realizados em conta única pela UFV, sendo informada nos demonstrativos desde o encerramento do exercício anterior.

3.3. Estoques

Os estoques são os ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de prestação de serviços ou distribuição no curso normal de suas atividades.

Em 31/12/2020, a UFV apresentou um saldo de R\$ 925.872,16 relacionados aos estoques de material de consumo, conforme Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) emitido pelo Almoxarifado Central e conciliado com o sistema contábil, equivalente a 1 % do total do Ativo Circulante no período.

Tabela 3 – Estoques – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/20	31/12/2019	AH %
Almoxarifado – Material de Consumo	925.872,16	824.873,18	12,24

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Ao comparar ao exercício de 2019, observou-se uma redução de 2,97% de sua composição em razão da retração do orçamento e da otimização do consumo dos materiais existentes.

3.4. Imobilizado

Esta conta representa 94% do grupo do Ativo Total da Instituição, com uma variação positiva de 1,64% em relação ao exercício anterior. Em 31/12/2020, o saldo de imobilizado da UFV alcançou R\$1,2 bilhão. Os investimentos em bens móveis e imóveis são necessários ao adequado funcionamento da atividade principal da Instituição, estruturas estas inerentes ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

A redução nos últimos anos nas despesas de capital, mediante aos contingenciamentos e bloqueios realizados pelo governo central, ocasionou em menor crescimento da capacidade instalada em relação a exercícios anteriores. Todavia, no exercício de 2020, há que se ressaltar a inclusão dos créditos emergenciais que afetam a comparabilidade em relação aos exercícios anteriores.

O imobilizado da UFV é segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) bens imóveis demonstrados na Tabela 4. Ambos são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção e sujeitam-se à depreciação, amortização ou exaustão (se possuírem vida útil definida), redução ao valor recuperável e reavaliação.



Tabela 4 – Imobilizado – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Bens Móveis	112.546.491,87	102.174.758,98	10,15
(+) Valor Bruto Contábil	166.436.106,79	148.917.252,25	11,76
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(53.889.614,92)	(46.742.493,27)	15,29
Bens Imóveis	1.118.692.476,67	1.109.236.698,18	0,85
(+) Valor Bruto Contábil	1.128.354.365,01	1.117.793.444,99	094
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(9.661.888,34)	(8.556.746,81)	12,92
Total	1.231.238.968,54	1.211.411.457,16	1,64

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

3.4.1. Bens Móveis

Este subgrupo do Imobilizado apresenta relevância no patrimônio total da instituição e representou 8,62% do Ativo no fechamento do exercício de 2020.

Neste grupo há a contabilização dos equipamentos, móveis, veículos e outros para utilização nas atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico e administrativo. Conforme Tabela 5, os Bens Móveis da UFV, em 31/12/2020, totalizaram pouco mais de 160 mil reais em valores originais e históricos, ou seja, não considerando a depreciação acumulada.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição

R\$

1,00

Conta Contábil	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AH %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	75.814.920,01	67,36	70.436.373,32	7,63
Bens de Informática	27.014.515,68	24,00	25.775.074,63	4,80
Móveis e Utensílios	21.392.319,95	19,00	20.704.169,61	3,32
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.299.305,88	10,92	12.018.255,67	2,33
Veículos	11.966.007,72	10,63	11.881.125,72	0,71
Bens Móveis em Andamento	7.265.837,94	6,45	7.768.542,43	(6,47)
Semoventes	4.859,70	0,43	4.859,70	0,00
Demais Bens Móveis	10.678.339,91	9,48	328.851,17	3147,16
Depreciação / Amortização Acumulada	(53.889.614,92)	(47,82)	(46.742.493,27)	15,29
Total	112.546.491,87	100,00	102.174.758,98	10,15

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

O grupo de Bens Móveis apresentou um acréscimo de 10,15% no exercício de 2020 se comparado ao saldo final de 2020. Por outro lado, não traduz em variação relevante frente ao total do ativo.

O subgrupo Bens Móveis em Andamento se refere à contabilização de gastos diferidos na aquisição de elevadores de forma parcelada, o qual será revertido à conta devida quando da entrega total dos bens. A redução comparativa se deu após conciliação quando do encerramento do trimestre anterior, devido registro de bens (elevadores) em conta incorreta. Além disso, constam os adiantamentos feitos para importação de bens e serviços, registrados na conta Importação em Andamento.

Ambas as contas foram objeto de análise antes do encerramento do exercício e apontada possibilidade de inconsistências com os saldos contábeis, conforme solicitação de informações contidas no documento interno (CI nº 030/2020 - DFN/DMT).



O subgrupo Demais Bens Móveis apresentou um aumento de 3.147,16%, se comparado ao exercício de 2019. Esse aumento se refere aos Bens em Comodato (bens móveis a classificar), reconhecidos no Ativo no exercício de 2020, com base no registro de saldo das contas de natureza de controle (897210900, 897211000 e 897211400). Ressalta-se que estes bens deverão ser reclassificados no exercício de 2021 para a respectiva conta do Ativo – Bens Móveis, tão logo se conclua os trabalhos da comissão inventariante e atualização do RMB - Relatório de Movimentação de Bens do patrimônio.

Os subgrupos Armazéns Estruturais e Peças não Incorporáveis a Imóveis não possuem relevância patrimonial e estão sofrendo depreciação regular, contudo por não haver evolução nos valores históricos nos últimos exercícios financeiros, será objeto de análise dos trabalhos da comissão inventariante, concomitante à migração para o SIADS.

Os bens semoventes e equipamentos de montaria não sofreram alteração no decorrer dos exercícios anteriores. A análise dessa conta deverá ser vista com ressalva, considerando as evidências quanto ao possível alongamento de saldo de contas e/ou falta de registros nos relatórios de patrimônio. Os semoventes serão objeto de análise de controle físico junto à Comissão Inventariante e Divisão de Patrimônio. Ressalta-se ainda que para registro desses bens deverá preceder à política de mensuração/depreciação com vistas a atender aos normativos legais (Lei nº 9.764/2019 - doações e Lei nº 9.373/2018 - desfazimento).

Ressalvado os pontos informados acima, do total de Bens Móveis registrados na UFV, em 31/12/2020, se considerar o valor histórico ou custo de aquisição, 45% se referem às Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, cuja composição é detalhada na Tabela 6.

Tabela 6 – Bens Móveis de maior representatividade/Máquinas – Composição em 31/12/2020

R\$

1,00

Conta Contábil	31/12/2020	AV %
Equipam/Utensilios Medicos,Odonto,Lab E Hosp	40.180.762,12	53
Maquinas, Utensilios E Equipamentos Diversos	9.610.728,84	12,68
Aparelhos De Medicao E Orientacao	6.544.524,43	8,63
Maquinas E Utensilios Agropecuário/Rodoviário	4.965.758,55	6,55
Equipamentos Hidraulicos E Eletricos	3.062.410,61	4,04
Máquinas E Equipamentos Industriais	2.651.803,82	3,5
Aparelhos E Equipamentos De Comunicação	2.017.058,03	2,66
Máquinas E Equipamentos Gráficos	1.750.900,79	2,31
Equipamento De Protecao, Seguranca E Socorro	1.546.432,27	2,04
Máquinas, Ferramentas E Utensilios De Oficina	1.358.045,70	1,79
Máquinas E Equipamentos Energeticos	1.182.830,20	1,56
Aparelho E Equipamento P/Espportes E Diversoes	751.475,48	0,99
Equipamentos, Pecas E Acessorios P/Automoveis	68.846,70	0,09
Equipamentos De Montaria	65.150,00	0,09
Equipamentos De Manobras E Patrulhamento	36.458,46	0,05
Outras Máquinas, Equipamentos E Ferramentas	21.734,01	0,03
Total	75.814.920,01	100,00

Fonte: Siafi Web, 2020.

A conta Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares representa pouco mais da metade do subgrupo (52%), dado que refere ao registro dos bens adquiridos destinados às principais atividades da Instituição como os laboratórios de aulas práticas, DSA e departamentos.

Todavia, há que se ressaltar a inconformidade apontada, tanto na conformidade contábil quanto na declaração do Contador, em relação à evolução não compatível dos saldos do RMB - Relatório de Movimentação de Bens com o sistema de contabilidade. O quadro 1 apresenta as principais divergências apontadas na conciliação dos saldos do RMB e o sistema contábil - SIAFI, dentre elas as três principais contas em relação ao saldo total publicado.



Quadro 1 – Principais contas divergentes x UG/CAMPI R\$ 1,00

UG/CAMPI	CONTA	VALOR CONTÁBIL	RMB (LÍQUIDO)	DIF.
CRP	123110103 Equip. Medicos, Odont., laborat. e Hospitalares	3.155.245,72	3.243.698,57	-88.452,85
VIÇOSA	123110101 Aparelhos de Medição e Orientação	3.608.095,66	5.062.008,62	-1.453.912,96
	123110103 Equip. Medicos, Odont., laborat. e Hospitalares	27.220.025,06	24.740.396,19	2.479.628,87
CAF	123110125 Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	-116.835,05	676.322,03	-793.157,08

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Estas inconsistências são oriundas principalmente das dificuldades apontadas quando da classificação das despesas de capital, dado que a Instituição utiliza-se de sistema próprio para registro, mensuração e controle dos seus bens, demonstrando fragilidade nas informações de forma tempestiva. Da mesma forma, foi identificado a necessidade de melhora nos fluxos dos bens, assim entendido as transferências, doações e baixas, bem como os saldos individuais das contas de depreciação.

Para sanar estas inconsistências, foi iniciado tratativas para a migração do Sistema de Gestão Patrimonial SIADS da STN, sistema estruturante que passará a ser obrigatório a partir do exercício de 2021, conforme Portaria nº 232/2020. Além disso, fora nomeado comissão inventariante eventual para possibilitar apurar as divergências encontradas bem como a devida atualização e tratamento dos dados dos relatórios patrimoniais.

3.4.2. Bens Imóveis

Esta conta representa a maior parte do patrimônio da instituição referente aos investimentos aplicados em imobilizado para adequação da capacidade instalada a fim de abrigar as atividades acadêmicas e administrativas.

Em 31/12/2020, considerando o valor contábil, os Bens da UFV totalizaram R\$1.118.692.476,67, ou seja, equivale a 86% do total do Ativo distribuídos nas contas contábeis demonstradas na Tabela 7.

Tabela 7 – Bens Imóveis– Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Bens de Uso Especial	925.560.738,74	925.560.738,74	0,00
Bens Imóveis em Andamento	202.793.626,27	192.232.706,25	5,49
Depreciação / Amortização Acumulada	(9.661.888,34)	(8.556.746,81)	12,9
Total	1.118.692.476,67	1.109.236.698,18	0,7

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Em relação ao exercício anterior, observou-se um acréscimo total de 0,7% nos bens imóveis, o que significa pequena variação positiva nos gastos de capital, o qual poderá ser verificado no balanço orçamentário.



Considerando o valor contábil bruto, o subgrupo de Bens Imóveis de Uso Especial representou 82,86% do total de bens móveis e foi detalhado na Tabela 8.

Tabela 8 – Bens de Uso Especial – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AV %
Fazendas, Parques e Reservas	155.862.054,58	155.862.054,58	16,84
Imóveis de Uso Educacional	766.223.698,16	766.223.698,16	82,78
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.474.986,00	3.474.986,00	0,38
Total	925.560.738,74	925.560.738,74	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

O item de maior representatividade neste grupo foi Imóveis de Uso Educacional (82,78%), que engloba os prédios, salas e outras estruturas físicas destinadas exclusivamente ao ensino e pesquisa. Vale ressaltar que os saldos deste grupo permaneceram inalterados em relação aos últimos 3 exercícios financeiros, conforme **quadro 2**. Isto pode ocorrer quando da não entrega definitiva das obras em andamento, a serem registradas no Spinet.

Quadro 2 – Imóveis de Uso Educacional - Evolução R\$ 1,00

Conta Contábil	matrícula/conta corrente	2020	2019	2018
		SALDO	SALDO	SALDO
123210107 IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	4519000015002	96.196.061,26	96.196.061,26	96.196.061,26
	5109000045001	161.722,60	161.722,60	161.722,60
	5109000065002	2.508.007,00	2.508.007,00	2.508.007,00
	5109000085003	777.408,80	777.408,80	777.408,80
	5109000175002	14.240.905,15	14.240.905,15	14.240.905,15
	5427000045009	639.280.140,95	639.280.140,95	639.280.140,95
	5427000205006	13.059.452,40	13.059.452,40	13.059.452,40
Total		766.223.698,16	766.223.698,16	766.223.698,16

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Por outro lado, os Bens Imóveis em Andamento equivale a 17% dos bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFV, no valor total de R\$202.793.626,27 a valores brutos, na data de 31/12/2020. Todavia, deverá ser ressaltado que parte não relevante dos bens em andamento (5% - R\$10 milhões) se refere a “Estudos e Projetos”, que foram baixados após o encerramento do exercício de 2020, por motivo de registros incorretos, tendo em vista se tratar de recursos despendidos à Fundação de Apoio para execução de projetos e atividades diversas.

Desta forma, a conta de bens em andamento se destina, principalmente, ao registro de obras e serviços de ampliação das estruturas, ainda não concluídas, com a finalidade de ensino e pesquisa, executadas nos campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Até o encerramento do exercício de 2020 constava 70 unidades em andamento, conforme **quadro 3**.



Quadro 3 – Relação de Obras em Andamento

R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL 123210601 - OBRAS EM ANDAMENTO			
INSCRIÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	NOME
IM0003193	CONSTRUÇÃO HANGAR	IM0003637	PAVILHÃO DE AULAS 3 – CAF
IM0003432	GALPÃO CARPINTARIA	IM0003639	SALAS DE AULAS E BANHEIROS LAB. DEC
IM0003435	GALPÃO PROD.MUDAS	IM0003640	PAVILHÃO AULAS CRP
IM0003466	HERBÁRIO	IM0003643	ANEXO LAB. FORRAGICULTURA/DZO-
IM0003483	REC.LAB. CPD	IM0003645	PAVIMENTACAO DE VIAS DO CENTEV
IM0003486	URB.INFR."CAMPUS"	IM0003647	COBERT. QUADRA PAV. AULA DEF/
IM0003489	PRÉDIO ENG.AGRÍCOLA	IM0003648	ESP. CULT. CURSO DE DANÇA -DAH/
IM0003500	LAB. DPI	IM0003649	REDE DISTRIBUIÇÃO FIBRA ÓPTICA/ -CAF
IM0003516	SILOS,BEZERREIROS,DZO/CAF/DFT	IM0003651	PAVILHÃO DE AULA 4 - CAF
IM0003520	DEA	IM0003657	PAVILHÃO DE LAB.S CAF
IM0003525	REF. INTERNA ED ART. BERNARDES	IM0003694	RU II - CAV
IM0003526	REFORMA ALOJ. MASC. POS	IM0003695	RU – CRP
IM0003527	TELHADO E REDE ELET DO PVA	IM0003696	RU CAF
IM0003529	REFORMA DO ABATEDOURO	IM0003697	LAB. ENSINO I - CRP
IM0003530	REF. REDE ELÉTRICA E PINTURA DZO	IM0003698	PAVIM. VIAS INTERNAS- CRP
IM0003533	GALPÃO SETOR AGROSTOLOGIA	IM0003700	PAVIMENTAÇÃO VIA DA SAÚDE
IM0003534	LAB. PAPEL CELULOSE	IM0003702	PAVIMENTACAO DE VIAS CAF
IM0003537	ANEXO LAB. DNS/DZO	IM0003704	ED. DE LAB ENSINO II-CAF -
IM0003556	APIARIO/ - REFORMA BLOCOS A E B.	IM0003705	LAB. ENSINO II CRP
IM0003559	DEF	IM0003709	UNIDADE CRESCIMENTO DE PLANTAS
IM0003562	GALPÃO DE MATERN. SUINOC./DZO	IM0003710	BIODIESEL DEA
IM0003563	REFORMA E AMPL.LAB. DEC	IM0003714	CASA DO ANIMAL
IM0003589	ESPAÇO PARA EVENTOS	IM0003716	LAB. DE ÓLEOS
IM0003594	LAB. PROCESSAMENTO VEGETAIS CAF/	IM0003718	UAES – UFV
IM0003595	EDIFÍCIO ENG ELÉTRICA E PRODUÇÃO	IM0003719	AV. PH ROLFS-UFV
IM0003598	CONSTRUÇÃO DEQ	IM0003721	PRÉDIO DTA
IM0003615	CAF ESTAÇÃO DE TRATAMENTO ÁGUA	IM0003722	LAB. DE ENSINO - CRP –
IM0003618	EDIFÍCIO DFT/AGRONOMIA -	IM0003795	BIBLIOT. CENTRAL CAF
IM0003619	LAB. ENGENHARIAS	IM0003796	PISCINA E VESTIÁRIO
IM0003621	EDF.CH II	IM0003798	CERCEAMENTO DO CRP
IM0003624	EDIF. DA SAÚDE	IM0003802	GALPÃO EST.EXP. ARAPONGA
IM0003626	EDIF. DAS LICENCIATURAS –	IM0003806	REDE COLET. ESGOTO – CAF
IM0003628	CALDEIRA DTA -UFV	IM0003808	INCT
IM0003632	AMPLIAÇÃO ANEXO DZO	IM0003809	AMPLIAÇÃO REDE ELÉT. CAF
IM0003635	CENTRO MÉDICO ANEXO	IM0003812	ACESSIB. PAISAG. E INFRAEST. CA

Fonte: Tesouro Gerencial,, 2020

Das obras relacionadas, foi constatado que 54% (38 unidades) encontram-se sem movimentação nos últimos 5 anos, o que pode significar possível evolução incompatível com os dados registrados na contabilidade, considerando que os imóveis podem estar concluídos e não registrados na respectiva conta de imóveis de uso especial. Este fato foi registrado na Comunicação Interna nº 029/2020 (DFN/PAD).

O aumento de 11% na depreciação acumulada se deve a metodologia de cálculo do SPIUnet, cuja lógica adotada é de estoque de modo que pode refletir na variação dos valores apurados em razão de quaisquer alterações nos parâmetros de cálculo implicar em novos valores de mensuração.

3.4.3. Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado



Tais ajustes decorrem de efeitos da mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes e devem ser reconhecidos na conta do patrimônio líquido. A maior variação desta conta se refere ao registro no 1º trimestre de 2020 por reconhecimento de ativos em comodato – Demais Bens Móveis, conforme item 3.4.1.

No 2º trimestre houve ajustes no ativo imobilizado (bens móveis - elevadores), resultado de conciliação de bens em andamento, conforme descrito no subitem de bens móveis, porém não interferiram no resultado líquido do patrimônio.

No 3º e 4º trimestre, houve vários ajustes no patrimônio líquido decorrente de fatos ocorridos em exercícios anteriores, em relação a contas de ativos e passivos extra orçamentários, contudo não houve contrapartida no Imobilizado.

3.5. Intangível

O intangível da UFV é composto unicamente por softwares de vida útil indefinida como demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Intangível – Composição

R\$ 1,00

Software	Inscrição	31/12/2020	31/12/2019	AV % 2020
Coreldraw Graphics Education Edition	ISUFV0001	700,00	700,00	0,19
Grass Valley Edius Pro 9	ISUFV0002	4.788,00	4.788,00	1,33
Windows 10 Professional e Winhome 10	ISUFV0003	6.679,92	6.679,92	1,86
Windows 10 Winhome 10 Sngl - Ufv	ISUFV0004	899,99	899,99	0,25
Microsoft Sqslvrstdcore 2017 Sngl Olp Acad.	ISUFV0005	14.944,98	14.944,98	4,15
Veterinário Doctorvet	ISUFV0006	55.794,00	55.794,00	15,50
Métrica Topo	ISUFV0007	5.500,00	5.500,00	1,53
Soft. BIM-Buldng Informantion Modeling/DAU	ISUFV0008	87.600,00	0,00	24,32
Trade In das Controladoras Zonedirector	ISUFV0009	136.600,00	0,00	37,94
Software De Análise Numérica Não Linear Atena	ISUFV0010	46.559,92	0,00	12,93
Total		360.066,81	89.306,89	

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Em 31/12/2020, este grupo fechou com o montante bruto de R\$360.066,81, correspondendo a 0,02% do total do ativo, não sofrendo alteração relevante em relação ao último trimestre.

Apesar da tendência de crescimento desta conta do Ativo, essa se deve exclusivamente devido à aquisição de softwares utilizados em pesquisas e assemelhados. Contudo, foi apontado em análise no decorrer do exercício anterior a não apropriação dos bens intangíveis referente às marcas e patentes de propriedade da UFV, fato esse em tratamento junto à Comissão Permanente de Propriedade Intelectual, conforme Comunicação Interna nº 021/2020 (DFN/CPPI) e apontado em restrição contábil anual. Além disso, os bens atualmente registrados não estão sofrendo testes de recuperabilidade, conforme informação no item 3.6.1.

3.6. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para o registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis a serem observados estão descritos detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.6.1. Reavaliação e redução a valor recuperável

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, o valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; em caso de alteração na área construída, independentemente do valor



investido; comprovação de ocorrência de quaisquer sinistros, como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores dos bens imóveis são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independente da classificação, conforme os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais. Já os bens móveis da UFV, no exercício de 2020, não passaram pelo processo de reavaliação.

Até o 4º trimestre de 2020 não foi realizado o teste de perdas por redução ao valor recuperável de intangíveis. Está em andamento o processo de inclusão dos procedimentos para registro, o qual será feito concomitante ao processo de implantação do Sistema de Gestão Patrimonial – SIADS. Este fato foi apontado como ressalva no relatório contábil do encerramento do exercício de 2019, devendo ser direcionado à comissão de avaliação a ser nomeada no corrente exercício, observado os procedimentos informados no item 3.5 (intangíveis).

3.6.2. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis iniciará a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de sua colocação em uso. Entretanto, caso o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor a um mês.

A UFV possui um sistema próprio para o cálculo da Depreciação e Reavaliação - Sistema Integrado de Materiais (SIM), que processa e gera os relatórios patrimoniais (RMB/RMA) com as informações pertinentes para conciliação e ajustes no sistema contábil - SIAFI.

O cálculo da depreciação é realizado por meio de segregações das principais contas por critério de relevância conforme a sugestão de implantação dos procedimentos da STN e manual SIAFI macrofunção 02.03.30.

O sistema interno que emite os relatórios de gestão patrimonial (SIM) encontra-se em processo de descontinuidade, apontada nas ressalvas do Relatório Contábil de 2019. Conforme indicado no item 3.6.1, o tratamento dos bens móveis e intangíveis será realizado com a implantação do SIADS/STN, de uso compulsório.

3.6.2.1. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro, controle e atualização do valor patrimonial dos imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrada no SIAFI com base no arquivo encaminhado pela SPU à STN.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é de apuração mensal e automática pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição. Para tanto, utiliza-se o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação se inicia no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, ou seja, é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Em 2020, a atualização da depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foram registradas pela CCONT/STN com base no ativo imobilizado, tendo uma evolução de 12,91%.

3.7. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo

A tabela 10 apresenta as Obrigações a Pagar a Curto Prazo com pessoal, bem como os encargos decorrentes.

Tabela 10 – Obrigações a Pagar Curto Prazo – Composição

R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Salários, remuneração e benefícios	49.219.981,87	52.201.927,91	(5,71)
Férias a pagar	19.846.278,13	20.011.974,43	(0,83)
Precatórios de Pessoal	2.077.797,75	963.615,58	115,63
Benefícios previdenciários a pagar	7.251,75	5.274,00	37,50
Benefícios Assistenciais a Pagar	1.509.806,91	0	100
Contribuição a Entidades de Previdência Complementar	94.894,07	77.188,85	22,94
Total	72.756.010,48	73.259.980,77	(0,69)

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Conforme pode ser verificado do Balanço Patrimonial, este grupo, apesar de não ser o maior, representa o maior compromisso de curto prazo de natureza fixa da Instituição, o qual representou 33,37% do Passivo Exigível total no 4º trimestre, mantendo-se estável em comparação ao exercício de 2019, com pequena queda de 0,67%.

Os valores registrados a pagar referem-se à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2020, o qual, devido às mudanças na rotina de pagamento implantadas a partir de 31/12/2018, passaram a ter as ordens bancárias baixadas/processadas somente no primeiro dia útil do mês seguinte à sua assinatura. Deste modo, o saldo se mantém nas contas de Passivo no fechamento do exercício de 2020.

Os valores de Férias a pagar e décimo terceiro destacados na Tabela 10 se referem às provisões lançadas mensalmente, obedecendo o princípio da competência.

Registrou-se no encerramento do exercício de 2020, conforme verificado na conta Precatórios de Pessoal, a transferência pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, dos valores previstos para pagamento de precatórios emitidos (autuados) e não incluídos na LOA (pessoal) em 2021 - 154051- curto prazo - conforme Of Presi TRF1-Corej 10556983. Precatórios constantes na planilha 10865343 e 12095853, conforme Orientação Contábil Seana 10851975. PA e SEI 0016694-37.2020.4.01.800. Registro conforme 090049/000012020NS001604.

Parte destes valores registrados se refere a reclassificação a Longo Prazo em 2019 para Curto prazo em 2020.

PR9004921

Consta ainda o registro dos precatórios reincluídos pela UG acima na proposta orçamentária de 2021, processo SEI 00261969720204018000 TRF 1ª Região. (090049/000012020NS002554).

A partir da competência JUNHO/20 está sendo registrado na conta Benefícios Assistenciais a Pagar, o valor correspondente ao repasse ao Instituto UFV de Seguridade Social – AGROS (CNPJ 20.320.487/0001-05), do benefício de assistência à saúde per capita - médica odontológica - dos servidores da UFV. Este passivo, apesar de constar no fechamento do exercício (princípio da competência), foi devidamente repassado ao AGROS no início do mês subsequente.

A Conta Contribuição a Entidades de Previdência Complementar se refere a provisão para pagamento da FUNPRESP – PATRONAL (Previdência Complementar dos Servidores Públicos), dos servidores ativos da Instituição que ingressaram após o exercício de 2012 na nova regra de aposentadoria, sujeitos portanto ao limite/teto da previdência.

3.8. Fornecedores e Contas a Pagar



Em 31/12/2020, a UFV (órgão 26282) apresentou um saldo de R\$5.792.224,94 referente a fornecedores nacionais a pagar no curto prazo, conforme consta na Tabela 11.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Circulante - Nacionais	5.792.224,94	3.139.650,34	84,5

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Este grupo representou apenas 84,50% das obrigações de curto prazo da UFV no período, englobando os compromissos na manutenção das atividades acadêmicas e administrativas.

Em relação ao exercício de 2019, observou-se um aumento de 84,50% o que, em se tratando de conta cíclica do passivo, não apresenta um potencial aumento dos compromissos da instituição. Necessário apontar que no exercício de 2020 houve o recebimento de créditos emergenciais - pandemia COVID-19, o que necessariamente aumentou os gastos, afetando todas as contas a pagar.

A totalidade dos fornecedores e contas a pagar se referem a obrigações a curto prazo, o qual foram segregados na Tabela 12 por unidades gestoras na data base de 31/12/2020.

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Unidade Gestora 154051 – Campus Viçosa	5.770.629,24	3.115.093,68	85,24
Unidade Gestora 154052 – CEDAF	21.595,70	24.556,66	-12,05
	5.792.224,94	3.139.650,34	84,49

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

A unidade gestora 154051 é responsável por 99% do total dos fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que sofreu um aumento de 85% se comparado ao exercício de 2019. Todavia, o saldo maior não significa necessariamente um aumento de gastos. Em uma análise comparativa nos demonstrativos financeiros, verifica-se que houve uma menor movimentação de recursos em 2020 se comparado com o exercício anterior. A liquidação de despesas do qual se origina o ato dos compromissos com os fornecedores tiveram um decréscimo aproximado de 20%, enquanto os pagamentos variaram 38% a menor, o que significa uma menor rotatividade no fluxo de caixa, o que em outras palavras, pode representar uma ampliação do prazo médio de pagamento dos compromissos, gerando maior saldo a pagar no encerramento do exercício.

Importante ressaltar que os pagamentos seguem uma sistemática de envio de financeiro pela Setorial Financeira do MEC, o qual obedece um cronograma de liberação de acordo com as despesas efetivamente liquidadas na data de fechamento do mês.

Em relação à UG 154052 – CEDAF, por não possuir receita própria, e depender de sub-repasses da UASG 154051 – Viçosa, o aumento verificado representa demanda represada de repasses no fechamento do 4º trimestre, não representando necessariamente aumento de compromissos potenciais.

Não houve saldo de compromissos registrados com fornecedores, no encerramento do 4º trimestre, na UG 154053 (CEPET).



Na Tabela 13, apresenta-se a relação dos principais compromissos com fornecedores, de acordo com o saldo em aberto, na data base de 31/12/2020.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor R\$ 1,00

Fornecedores	31/12/2020	AV %
Fundação Arthur Bernardes (filial)	2.035.801,84	35,15
Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda	1.258.611,71	27,73
Alcance Engenharia E Construcao Ltda	462.907,35	7,99
Cemig Distribuicao S.A	247.944,09	4,28
Ownergy Soluções E Instalações Ecoeficientes Ltda	221.457,04	3,8
Adcon - Administracao E Conservacao Eireli	162.975,18	2,81
Artebrilho Multservicos Ltda	153.280,13	2,65
Colabore – Servicos De Vigilancia Armada Ltda	147.875,83	2,55
Eletrodata Engenharia Ltda	116.282,09	2,01
Eficiencia Construtora Ltda	113.176,07	1,95
Demais	871.913,61	15,05
Total	5.792.224,94	100

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

TG, 2019/2020

Os principais fornecedores informados na Tabela 13 representa 84,94% do total a ser pago, dos quais cerca de 35% destinam-se à Fundação Arthur Bernardes(filial), cujas obrigações originaram-se da liquidação de despesas de transferência para a execução de projetos de apoio institucional e o desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

Importa ressaltar que das obrigações com fornecedores atualmente registradas no balanço patrimonial, 43% (R\$2,5 milhões) se referem a despesas liquidadas até o encerramento do exercício de 2017, ou seja, restos a pagar processados e não pagos ou cancelados até o encerramento dos últimos três exercícios. Essa informação representa restrição apresentada nos demonstrativos contábeis o qual podem representar alongamentos indevidos em contas de passivo. Essa análise foi apontada durante o exercício de 2020 através de documentos internos de comunicação - DFN - CI nº 023/2020 a 028/2020.

3.9. Obrigações a Curto Prazo

A conta Obrigações a Curto Prazo com a União, conforme tabela 14, se refere à tributos federais retidos de terceiros (fornecedores, funcionários, prestadores de serviços etc), o qual deverá ser recolhido através de documento de arrecadação (DARF) ao Tesouro Nacional.

Tabela 14 – Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Recursos Fiscais - DARF a emitir	23.531,07	23.531,07	0
Total	23.531,07	23.531,07	0

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Esta conta contábil não tem impacto relevante ao Patrimônio da instituição, sendo responsável por apenas 0,01% do Exigível. Verifica-se ainda que este subgrupo de conta possui registro remanescente apenas na conta contábil “Recursos Fiscais – DARF a emitir”, no valor total de R\$24.926,89. Da mesma forma, verificou-se que não possui movimentação desde o exercício de 2012, sendo que os atuais registros de retenção dos tributos federais, são contabilizados no



subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, na conta de consignação 21881.01.06 - Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro.

Essa informação configura possível alongamento indevido em conta de passivo. Após apuração das inconsistências contábeis decorrentes das equações 298 e 696 (ativo e passivo extraorçamentários), bem como passivos alongados, deverá proceder à destinação correta da conta, após a conciliação dos demais passivos correspondentes (fornecedores).

3.10. Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo do Passivo – Demais Obrigações a Curto Prazo apresentou um saldo em 31/12/2020 de R\$138.127.888,80 conforme apresentado na tabela 15.

NOTA: *A partir de 2020, os itens "demais créditos e valores a curto prazo" e "demais créditos e valores a longo prazo" passaram a ser somados, respectivamente, a "créditos a curto prazo" e "créditos a longo prazo", passando a ser considerados detalhamentos desses agrupamentos.

Tabela 15 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Consignações	8.788.575,87	8.605.914,21	2,12
Depósitos não judiciais	44.982,60	189.518,44	-76,26
Outras obrigações a Curto Prazo	129.294.330,33	337.680.504,01	-61,71
- Indenizacoes, Restituicoes E Compensacoes	7.056,43	0,00	0
- Diárias	869,40	2288,51	-62,01
- Precatórios de terceiros	60.816,42	236.071.135,25	-99,97
- Incentivos à Educação, Cultura e Outros	375.415,32	244.119,39	53,78
- Saque – Cartão de Pagamento do Governo Federal	0	1.141,96	0
- Transferências Financeiras a Comprovar - TED	128.850.172,76	101.361.818,90	27,12
Total	138.127.888,80	346.475.936,66	-60,13

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

O montante de Consignações refere-se a descontos efetuados em folha de pagamento de pessoal – competência dezembro de 2020 não recolhidas até o encerramento do trimestre. Trata-se de valores a serem recolhidos às associações, sindicatos, bancos etc. O principal consignatário é o Instituto UFV de Seguridade Social – AGROS, referente a repasses a serem realizados à título de planos de saúde e previdência, esse responsável por aproximadamente 71% das consignações.

Ressalta-se que, devido às mudanças na rotina de pagamento implantadas a partir de 31/12/2018, as ordens bancárias pagas no último dia do mês foram realizadas no primeiro dia útil do trimestre seguinte. Com isso, o saldo constou nas contas de Passivo no fechamento do balanço, porém, já haviam sido autorizadas e zeradas no dia útil seguinte mediante a realização dos pagamentos.

Os Depósitos não judiciais correspondem aos depósitos de origem de órgãos e unidades externas para pagamento de obrigações de sua responsabilidade, bem como cauções de fornecedores que executam contratos com a UFV, cuja baixa depende do encerramento destes.

No caso da parcela referente à caução, referente aos ativos e passivos extraorçamentários, tendo como contrapartida a conta “Demais Contas - CEF”. Conforme apontado na análise da referida conta do ativo, os valores ainda permanecem pendentes de baixa, tendo em vista que os bens adquiridos foram recebidos e/ou o valor resgatado. Providências foram levantadas junto à agência bancária para apuração e ratificação dos saldos com base nos extratos bancários para baixa. Todavia não há impacto no resultado patrimonial do exercício.

Por outro lado, a redução significativa deste subgrupo de conta se deve principalmente (-76,26%) decorre dos procedimentos de identificação e acerto das equações contábeis (298/696). No caso específico se refere a baixa do passivo extraorçamentário em desequilíbrio, originados de receita descentralizada da UG 150014/00001 (SPO) para pagamento rendimentos do PASEP de servidores - 2008PF012996, realizado em conta diversa – Salários a pagar, conf.



Docs SIAFI: 2009OB806497 e 2009OB806498, 2009FL000054, 2009NS007494, processo 08-011423 e 09/010742.

Outro fator relevante consiste na redução de 99% da conta de Precatórios de Terceiros, devido os procedimentos de transferência para pagamento aos beneficiário AGROS (CNPJ 20.320.487/0001-05), conforme orientação da SEANA/DICOC 9080715 e informação da DICAJ 9525140 - SEI 0023704-69.2019.4.01.8000 - ANO 2020, registrados no documento 090049000012020NS000564.

O registro foi realizado ainda no terceiro trimestre tendo como documento de origem o Ofício TRF1-Corej 10556983, constante na planilha 10865343, conforme Orientação Contábil Seana 10851975, SEI 0016694-37.2020.4.01.8.

O crescimento significativo (53%) dos Incentivos à Educação, Cultura e Outros não deve-se necessariamente ao aumento das despesas deste grupo, mas da apropriação de despesas ocorridas no mês, referente principalmente a auxílio-moradia e residência médica, sendo o pagamento realizado após o encerramento do exercício de 2020. Diversas ações foram tomadas desde o mês de Março/20 no intuito a mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19, dentre elas a antecipação dos registros de bolsas e auxílios para estudantes.

Os registros dos Termos de Execução Descentralizada – TED foram ocasionados pela nova rotina da contabilização na UG repassadora. Em janeiro de 2019, a STN implantou uma nova rotina de operacionalização dos TEDs com contabilização das contas patrimoniais nas UGs repassadoras e receptoras dos recursos. Por isso, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG receptora, a UG descentralizadora deverá apropriar o direito na Conta 11382.38.00 e a UG receptora registrar a obrigação na conta 21892.06.00 conforme lançamentos contábeis:

Quadro 1 – Contabilização dos TEDs

Lançamento na UG repassadora:	Lançamento da UG receptora:
D – 11382.38.00 – Adiantamento TED	D – 36402.01.00 – VPD Incorporação de Passivos
C – 46392.01.00 – VPA Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	C – 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

Fonte: STN (2019).

Desta forma, a subconta Transferências Financeiras a Comprovar é um importante balizador da importância que os recursos externos representam na Instituição. Estes repasses de outros órgãos do Governo Federal são responsáveis por 59% de todo o passivo exigível (obrigações) no terceiro trimestre e, 93% das contas do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo.

A partir do exercício de 2019, visando dar maior ênfase à melhoria nos processos internos, foi criada a Diretoria de Governança Institucional - DGI, responsável por, dentre outros, o gerenciamento e acompanhamento dos TED's.

3.11. Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

A tabela 16 apresenta o grupo de contas do ativo e passivo financeiro e permanente da UFV.

Tabela 16 – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Composição

Conta Contábil	R\$ 1,00		
	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Ativo Financeiro	71.220.287,08	71.487.569,57	-0,37
Ativo Permanente	1.233.619.493,75	1.213.421.454,82	1,66
Passivo Financeiro	144.640.007,22	107.817.479,52	34,15
Passivo Permanente	151.629.828,83	358.801.508,55	-136,63

Fonte: SIAFI Web, 2019/2020.

O grupo de Ativo Financeiro da UFV, no valor de R\$ 71.220.287,08, em 31/12/2020, compreendendo os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, tendo um decréscimo de 0,37% se comparado com o exercício anterior.

Em geral se refere a conta caixa disponível da Instituição, sendo que a maior parte registrada no balanço patrimonial já está comprometida com o pagamento de fornecedores (83%). Por outro lado, apenas 11% deste grupo de ativo se refere a valores diretamente arrecadados com receitas patrimoniais de aluguel de imóveis e serviços prestados de concursos e



demais eventos acadêmicos, o que demonstra a dependência dos recursos descentralizados de outros órgãos do Governo para manutenção de suas principais atividades.

Para melhor entendimento e detalhamento do potencial desta conta pode ser verificado na análise do balanço orçamentário (item 4) e variações patrimoniais (item 6).

O Ativo Permanente englobou os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependia de autorização legislativa no total de R\$1.233.619.493,75, após um acréscimo de 1,66% em relação a 2019.

De modo geral, se trata do ativo imobilizado da Instituição, característica patrimonial da Instituição, essencial para atendimento às atividades principais aos usuários. Além disso, se trata dos créditos (item 3.2) e estoques (3.3).

Por outro lado, o Passivo Financeiro incluiu as dívidas fundadas e outros pagamentos independentes de autorização orçamentária no valor total de R\$144.640.007,22 com um acréscimo de 34,15% em relação a 2019. Essa informação representa um aumento nos registros tempestivos das obrigações de curto prazo da Instituição, não sendo necessariamente uma tendência a um aumento nos compromissos efetivos.

O Passivo Permanente considerou as dívidas fundadas e outras dependentes de autorização legislativa para amortização ou resgate no montante de R\$151.629.828,83, com redução de 136,63% em relação ao exercício anterior. O principal fator que ocasionou uma redução na conta de passivo permanente no trimestre foi a baixa de provisões trabalhistas e precatórios conforme relatado no item 3.10 (Demais Obrigações a Curto prazo).

Desta forma, por estas contas pode-se calcular o superávit ou déficit financeiro do exercício por meio da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, quando for o caso. No exercício de 2020 houve um superávit de R\$92.021,87, sendo que as informações adicionais e detalhadas podem ser consultadas na análise do balanço financeiro (item 5).

Necessário ressaltar o desequilíbrio entre o ativo financeiro e o passivo financeiro sem contrapartida (extraorçamentário), resultante da equações 0298 - CONFERÊNCIA ENTRE ATIVO E PASSIVO EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS e 0696 - DDR A UTILIZAR EXTRAORÇAMENTÁRIA que encontram-se em processo de regularização.

No início do exercício de 2020 havia um desequilíbrio de R\$212.006,40, contudo, no encerramento do exercício, o estoque desse desequilíbrio totalizou R\$10.578,35 negativos, valor esse que significa que o passivo extraorçamentário está superior ao ativo extraorçamentário, sendo:

21881.04.02 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS - R\$6.555,35 (R\$1.940,00 - MEPE Multi Estrutura Projetos e Engenharia CNPJ 01.653.759/0001-36 e R\$ 4.615,35 - SEPAR Engenharia e Projetos Ltda CNPJ 03.636.964/0001-19);
21881.04.09 - DEPÓSITO DE TERCEIROS - R\$4.023,00 (R\$800,71 - MT Empreiteira Ltda CNPJ 03.695.175/0001-59 e R\$3.222,29 - COSTINI EMPREENDEDORA E ADMINISTRADORA CNPJ 04.406.889/0001-62)

3.12. Atos Potenciais Ativos

A tabela 17 apresenta as principais contas de controle do Ativo da Instituição, cuja função se trata de registrar o controle sobre os potenciais direitos, de responsabilidade de terceiros, como convênios, contratos e demais instrumentos congêneres, o qual possam a vir a aumentar o ativo ou diminuir o passivo.

Tabela 17– Atos Potenciais Ativos – Composição

Conta Contábil	R\$ 1,00		
	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec. (SALDO)	57.997.758,74	57.289.866,72	0,34
Direitos Contratuais a Executar	0,00	508.678,60	-100,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	57.997.758,74	57.798.545,32	0,34

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Como pode ser observado, inclusive no quadro de compensações do balanço patrimonial (ativo e passivo), os atuais registros nessa conta são decorrentes de direitos a receber, referente a recursos a serem descentralizados por diversos órgãos do Governo Federal.

O valor total contratado está em torno de R\$202 milhões e, a maior parte (71,38%), se refere a recursos já recebidos e



não comprovados, ou seja, pendentes de prestação de contas ou sua respectiva baixa. Desta forma, o apresentou um saldo de R\$57.997.758,74, conforme tabela 17, saldo esse que significa o total de recursos pendentes na programação financeira do órgão, sob a forma de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres, o qual são contabilizados quando da formalização pelo órgão federal concedente.

Ainda nesse grupo de contas, resta saldo remanescente de instrumentos a aprovar, passível de baixa pela gestão e fiscalização responsável, decorrente de prestação de contas realizado pela EMBRAPA – UG 135046/13203, sendo: CV663521 – valor R\$ 65.731,04 – registro 2011NS007982 e CV653568 – valor R\$ 91.899,37 – registro 2012NS007734.

Em relação aos Direitos Contratuais a Executar constante no Quadro de Compensações do Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos, em recente conciliação, foi verificado que trata-se de saldos de contas de contratos totalmente realizados, bem como registros incorretos, seja em conta contábil ou Unidade Gestora Responsável, o qual foram baixados antes do encerramento do exercício de 2020.

Ressalta-se que não há, até o encerramento do exercício, o controle das receitas diretamente arrecadadas - receitas próprias - sendo objeto de restrição na conformidade contábil de 2020. Desta forma, há divergência entre a arrecadação de receitas próprias, conforme identificado no balanço orçamentário e financeiro, (receitas patrimoniais e serviços) no valor total de R\$4.239.369,77, e o controle dos contratos de terceiros (atos potenciais ativos), resultante do não registro deste último pelo serviço competente.

Os procedimentos foram iniciados com o encaminhamento aos envolvidos - serviço de arrecadação, para devidos registros, considerando ainda a atualização dos processos, relatórios e planilhas pela gestão de imóveis da Pró-Reitoria de Administração.

3.13. Atos Potenciais Passivos

A principal função destes grupos de conta é registrar o controle sobre os atos e fatos que podem aumentar o passivo ou diminuir o ativo da Instituição. As informações são obtidas dos instrumentos de responsabilidade com terceiros, como convênios, contratos e demais instrumentos congêneres.

Em 31/12/2020, a UFV apresentou um saldo de R\$143.557.723,46 referente aos Atos Potenciais Passivos, o qual contém registrado no balanço patrimonial - Quadro de Compensações - apenas os compromissos contratuais a executar, conforme detalhado na tabela 18.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Composição

	R\$ 1,00		
.Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Aluguéis	448.835,67	434.546,44	3,29
Fornecimento de Bens	4.241.535,89	8.053.376,67	-47,33
Seguros	96.035,71	96.035,71	0,00
Serviços	138.771.316,19	142.511.840,18	-2,62
Obrigações Contratuais a Executar	143.557.723,46	151.095.799,00	-4,99

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

As Obrigações Contratuais, correspondente a maior parte dos Atos Potenciais Passivos no valor total de R\$151.883.391,14, se referem aos contratos firmados com fornecedores de materiais e serviços, necessários à manutenção da Instituição UFV. Deste valor, conforme Tabela 18, somente considerando os contratos a executar, corresponde ao valor total de R\$115.977.489,44.

Na Tabela 18, demonstra-se a composição dos Atos Potenciais Passivos conforme a natureza dos respectivos contratos a executar.

Conforme verificado, no 4º trimestre de 2020 houve uma redução de 4,99% em relação ao encerramento do exercício de 2019, devido principalmente ao maior esforço para conciliar os saldos indevidos de exercícios anteriores, referente a contratos até então encerrados. Estes procedimentos estão sendo realizados oportunamente e de forma sistemática, a cada encerramento de trimestre.



As obrigações contratuais de serviços (339039) representaram 96% do total das obrigações assumidas pela UFV em 31/12/2020. Consiste principalmente na terceirização de serviços da atividade meio da Instituição, dado se tratar de cargos públicos extintos, impossibilitando a contratação de servidores efetivos. A Tabela 19 detalha as unidades gestoras contratantes e seus respectivos valores em 31/12/2020.

Tabela 19 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante R\$ 1,00

UG Contratante	31/12/2020	31/12/2019	AH %
154051 - UFV	137.928.959,86	138.972.887,44	-0,75
154052 - CEDAF	5.524.969,40	12.050.500,90	-54,15
154053 - CEPET	103.794,20	72.410,66	49,34
Total	143.557.723,46	151.095.799,00	-4,99

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Importante esclarecer que constam registrados na UG 154051 (Viçosa), todos os contratos executados/realizados no campi de Rio Paranaíba (CRP), dado não se tratar de unidade gestora executora até o encerramento do exercício de análise.

Já na Tabela 20 apresenta-se a relação dos maiores fornecedores, cujos contratos a executar na data base de 31/12/2020 representaram 83% do total das Obrigações Contratuais.

Tabela 20 – Maiores Obrigações Contratuais – Por Órgão R\$ 1,00

Contratados	31/12/2020	AV %	31/12/2019	AV %
Adcon - Administração e Conservação Eireli	21.645.132,57	15,08	15.412.536,83	10,20
Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação	19.238.876,11	13,40	17.943.963,32	11,88
S & M Conservação e Limpeza Ltda	15.882.234,95	11,06	7.616.045,73	5,04
Cemig Distribuição S.A	15.535.310,64	0,82 ¹	12.127.824,54	8,03
Trigoleve Industria e Comercio Ltda	13.030.798,07	,08 ⁹	1.243.237,17	0,82
Colabore - Servicos De Vigilancia Armada Ltda	7.871.354,29	5,48	7.614.189,02	5,04
Artebrilho Multservicos Ltda	6.337.716,81	4,41	7.129.346,16	4,72
Eletrodata Engenharia Ltda	5.722.910,08	3,99	4.372.162,49	2,89
Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda	4.937.472,7	3,44	8.141.797,69	5,39
JM & T Turismo - Eireli	3.665.634,04	2,55	2.629.588,73	1,74
Fundação Arthur Bernardes	3.516.578,67	2,45	9.234.908,84	6,11
Alcance Engenharia e Construção Ltda	2.708.028,76	1,89	7.933.912,03	5,25
Demais	23.465.675,71	16,35	49.696.286,45	32,89
Total	143.557.723,4	100,00	151.095.799,00	100,00

Fonte: Siafi Web, 2019.

Com base na Tabela 20, pode-se constatar que devido às medidas realizadas no período em relação à conciliação sistemática dos contratos e a efetiva regularização daqueles vencidos em exercícios anteriores, bem como o impacto dado pela redução do orçamento, ocasionou em uma redução de aproximadamente 5% em relação ao exercício de 2019.

Os principais objetos contratados junto às empresas de maior representatividade foram:

- Adcon - Administração e Conservação: Serviços de terceirizações diversas;
- Facev - Fundação Artística, Cultural e de Educação: Serviços de apoio a serviços e projetos institucionais;
- S&M Conservação e Limpeza Ltda: Serviços de terceirização em limpeza e conservação.
- Cemig Distribuição S.A: Serviço de fornecimento energia elétrica;
- Trigoleve Industria e Comercio Ltda: Aquisição de alimentos para o Restaurante Universitário (Viçosa);
- Colabore - Servicos De Vigilancia Armada Ltda: Serviços de terceirizações diversas

(g) Andrade & Rodrigues Engenharia Ltda: realização de obras e serviços de engenharia;

Cumpra ressaltar que as obrigações contratadas através de convênios, do grupo de contas “Obrigações Conveniadas e outros Instrumentos Congêneres”, apesar de não constar saldo no quadro de compensações do balanço patrimonial, encontra-se registrada na referida conta com saldo alongado de exercícios anteriores, devendo sua conclusão ser objeto de acompanhamento pelo gestor responsável, com posterior baixa devida.

Trata-se de convênios com a Casa de Caridade de Viçosa - Hospital São João Batista (CNPJ 25.945.403/0001-34), registrado pela 2016NS004358 - CV836201, valor R\$152.492,09, incluindo rendimentos e a Fundação Assistencial Viçosense (CNPJ 17.989.187/0001-09, registro 2016NS004295 - CV836203, valor R\$150.000,00).

3.14. Ajustes de Exercícios Anteriores – PL

Conforme já relatado no item 3.4.3, houve relevantes alterações no exercício de 2020, sendo a principal resultante do reconhecimento de bens patrimoniais em comodato. Todavia, acertos de desequilíbrios extraorçamentários resultaram em mutação do patrimônio líquido no exercício tanto positivo, no caso de baixa de obrigações quanto negativa, com a baixa de ativos indevidos:

- baixa de passivo permanente - ISF P - oriundo do cancelamento de RPP - 2019NE803286 - devido realização parcial do objeto do contrato 254/2019, conforme Relatório Cumprimento do Objeto, para execução do TED 03/2019/SNPDH (UG/gestão 550023/00001), referente 2019NC000031, processo UFV 007433/2019 e 008265/2019;
- Baixa conta Caixa em Moeda Estrangeira registrada indevidamente, ref. compra de bônus/direito para a aquisição de livros e periódicos, conforme documento de origem 93NL01094, processo 93/006134;
- Baixa conta ativo limite de saque (extraorçamentário) devido registros incorretos/incompletos em exercícios anteriores. (2020GR800352/353/354).

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário - BO representa a composição das receitas e despesas orçamentárias orçadas e realizadas pela UFV no encerramento do exercício de 2020. Os itens mais relevantes do BO serão detalhados para discussão nos subtópicos 4.1 a 4.4.

4.1. Receitas

Importa ressaltar que as receitas da UFV, para fins de análise do BO, não abarcam as receitas de transferências financeiras constantes no demonstrativo de variações patrimoniais aumentativas (DVP) e Balanço Financeiro (BF). (ver item 4.3. Resultado Orçamentário)

4.1.1. Receitas Correntes

As receitas correntes realizadas líquidas no exercício de 2020 alcançaram o total de R\$4.239.369,77 correspondente apenas a 37% do total da receita prevista no exercício. A Tabela 21 detalha o total da receita realizada no período.

Tabela 21 – Receitas Realizadas – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	31/12/2020	AV %
Receitas de Serviços	3.394.281,04	80,07
Receita Patrimonial	805.119,8	18,99
Outras Receitas Correntes	39.968,93	0,94
Total	4.239.369,77	100

Fonte: Siafi Web, 2020.

Importante esclarecer que não apenas houve déficit na arrecadação do exercício, como também uma queda relevante em relação ao ano anterior (-62%). Para fins de comparação, somente no final do segundo trimestre de 2019, a receita arrecadada já havia ultrapassado o total do exercício de 2020.



Responsável pela principal fonte de arrecadação própria, as receitas de serviços, que corresponderam a 80% do total das receitas realizadas, provém da exploração das atividades educacionais e administrativas, como taxas de concursos, emissão de documentos, hospedagem e alimentação, ou podem resultar de estudos e pesquisas diversas.

Desta forma, a justificativa para a redução da receita provém principalmente, em decorrência à pandemia COVID-19, ocasionando na diminuição das atividades acadêmicas e administrativas, que eram responsáveis pelo impulso arrecadatário, como eventos e restaurante universitário - RU.

Por outro lado, outras receitas também são auferidas pela UFV em decorrência da exploração dos ativos disponíveis na instituição, como os aluguéis de imóveis recebidos de outras instituições e empresas que utilizam o espaço para realizar suas atividades operacionais. Tais receitas representaram cerca de 19% do total de receitas realizadas. Dado as características da receita, a queda na arrecadação foi inferior (35%), considerando que, em geral, a principal queda foi nos aluguéis pagos pela empresa concessionária do RU.

No grupo de Outras receitas correntes estão contabilizadas as indenizações, restituições, ressarcimentos e reposição ao erário descontadas em folha de pagamento, dentre outras. Trata-se de uma receita altamente cíclica, não relevante para as operações da Instituição e que não havia sequer previsão para sua arrecadação.

Conforme informações dos Atos Potenciais Ativos (3.12), apesar de não ser fator de interferência direta na arrecadação da Instituição, o controle das receitas deverá ser objeto de análise para o próximo exercício de 2021, sendo inclusive indicado restrição na conformidade contábil do órgão.

Na tabela 22 apresenta-se a variação detalhada dos valores previstos e efetivamente arrecadados a título de receitas correntes.

Tabela 22 – Arrecadação Prevista X Arrecadação Realizada em 31/12/2020 – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	Previsto	Arrecadado	Saldo
Receitas de Serviços	10.331.846,00	3.394.281,04	-6.937.564,96
Receita Patrimonial	995.604,00	805.119,80	-190.484,20
Receita Industrial	8.847,00	0,00	-8.847,00
Outras Receitas Correntes	0,00	39.968,93	39.968,93
Total	11.336.297,00	4.239.369,77	-7.096.927,23

Fonte: Siafi Web, 2020.

Como informado anteriormente, observa-se que o saldo arrecadado de receitas correntes foi inferior ao previsto em mais de 6 milhões, o que importa em uma frustração relevante, frente aos impactos dos eventos citados.

4.1.2. Receitas de Capital

No exercício de 2020 não houve arrecadação de receitas provenientes da categoria econômica de capital. Este fato expõe a característica das fontes de arrecadação da UFV, sendo que qualquer dependência a esse tipo de receita, tornar-se-ia limitado frente à dependência de transferências de órgãos superiores, conforme apontado no tópico anterior.

A principal fonte de receita de capital prevista estava classificada como Operações de Crédito – Mercado Interno, no valor total de R\$345.607.982,00, na fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Condicionadas.

Esta fonte é composta de recursos provenientes da colocação de títulos da dívida pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, com finalidades específicas definidas em lei. Acrescenta-se o fato da previsão orçamentária para utilização de receita de capital para acobertar despesas correntes (quebra da regra de ouro), somente poderia ser utilizada após devida autorização legislativa. (ver LOA - Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 - Publicada no DOU de 20.01.2020)

Outra receita de capital prevista se refere à Alienação de Bens - Bens Móveis, o qual também foi impossibilitada, de certo modo, às restrições impostas pela pandemia.

4.2. Despesas



A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos autorizados pelo Poder Legislativo para atender a necessidade da coletividade prevista/fixada no orçamento. O demonstrativo expõe a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas) por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica das Despesas Correntes; e os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, às Despesas de Capital.

A Tabela 23 apresenta a estrutura da proposta da dotação orçamentária aprovada para o exercício.

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	AH %
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	776.734.596,00	817.400.628,00	-4,98
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	373.142.154,00	371.918.772,00	0,33
Despesas de Capital - Investimentos	13.374.890,00	13.374.890,00	0
Total	1.163.251.640,00	1.202.694.290,00	-4,32

Fonte: Siafi Web, 2020.

A UFV teve seu orçamento aprovado para o exercício de 2020 no valor de R\$1.163.251.640,00, com uma previsão em 22% maior que o executado em 2019.

Na Tabela 23 pode-se observar que no exercício houve atualização da dotação orçamentária em 3,39%, totalizando R\$1.202.694.290,00.

Pode-se observar que, no geral, não houve grande impacto nas despesas orçamentárias da UFV, motivada pela pandemia COVID-19, diferentemente do que aconteceu com as receitas. O principal motivo se dá pela característica da composição orçamentária, no qual as despesas correntes de pessoal e encargos sociais têm participação na ordem de 82% do total do orçamento executado de 2020. Além disso, estas despesas são de caráter obrigatório e vinculado.

4.2.1. Despesas Correntes

A tabela 24 apresenta a execução das despesas correntes no exercício de 2020, por grupo de natureza de despesa.

Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	817.400.628,00	811.741.306,87	811.737.573,85	755.813.693,19	5.659.321,13
Outras Despesas Correntes	371.918.772,00	155.296.451,14	104.165.159,83	98.205.776,91	216.622.320,86
Total	1.189.319.400,00	967.037.758,01	915.902.733,70	854.019.470,1	222.281.641,99

Fonte: Siafi Web, 2020

Conforme citado anteriormente, o grupo de natureza de despesa com Pessoal e Encargos se refere aos valores pertinentes à folha de pagamento e seus encargos sociais, sendo portanto a maior despesa da instituição. As Outras Despesas Correntes englobam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outras despesas não classificáveis nos demais grupos. Nesse grupo estão incluídos os gastos diretos com terceirização de mão de obra voltados para o apoio administrativo, manutenção predial, serviços de limpeza, programadores e serviços de vigilância.



As demais despesas da folha são compostas por benefícios, despesas com estagiários, serviços de seleção e treinamento, ajuda de custo, auxílio funeral, auxílio natalidade, pessoal requisitado, indenização de moradia, ressarcimento de mensalidades, residência multiprofissional e encargos patronais também integram o total de Outras Despesas Correntes empenhadas.

4.2.2. Despesas de Capital

A tabela 25 apresenta a execução das despesas de capital no exercício de 2020, por grupo de natureza de despesa.

Tabela 25 – Execução das Despesas de Capital –4º trimestre/20– Composição R\$ 1,00

Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Investimentos	13.374.890,00	19.530.135,03	3.161.097,7	2.849.929,69	-6.155.245,03
Total	13.374.890,00	19.530.135,03	3.161.097,7	2.849.929,69	-6.155.245,03

Fonte: Siafi Web, 2020.

Este grupo está voltado para as atividades de manutenção das instalações e serviços diversos com ensino, pesquisa e extensão, cujo principal e único item no exercício de 2020 no âmbito da UFV são os Investimentos - Obras em Execução e aquisição de equipamentos. No grupo de natureza de Despesas – Investimentos também são contabilizadas as despesas orçamentárias com softwares, planejamento e execução de obras, aquisições de instalações, equipamentos e material permanente.

4.3. Resultado Orçamentário

No exercício de 2020, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$4,2 milhões e as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$986 milhões, ou seja, gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$982 milhões. Ressalta-se que os valores constantes nas Receitas Realizadas correspondem somente às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não computando os créditos orçamentários recebidos por transferências, bem como os recebimentos para pagamento de Restos a Pagar. Esses créditos não aparecem no BO pelo fato da metodologia de sua elaboração não considerar o balanço consolidado de órgão superior.

Para compreender essa situação deve-se reportar ao Balanço Financeiro e verificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas ao lado dos Ingressos correspondem ao total de créditos orçamentários recebidos. Portanto, as disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas, Transferências Financeiras Recebidas e Recebimentos Extraorçamentários) suportaram os déficits orçamentários indicados no balanço.

4.4. Restos a Pagar

Deve ser observado nas análises contidos no balanço orçamentário, tanto em relação aos Restos a Pagar Não Processados - RPNP quanto aos Restos a Pagar Processados - RPP, que os dados ali contidos se referem à créditos de exercícios anteriores, assim sendo, os valores “inscritos em exercícios anteriores” é composto pelos saldos dos créditos registrados até o exercício de 2018 e, “inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior”, se refere aos créditos oriundos da execução orçamentária do exercício de 2019.

4.4.1. Restos a Pagar Não Processados

Pelo Decreto nº 93.872/1986, no artigo 67, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro devido a não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, bem como aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

Este item é composto, pela parte destinada às despesas com investimentos, pelas obras e serviços de engenharia, com peculiaridades que exigem a fiscalização e consequente previsão orçamentária para a conclusão, mas que estão previstos no orçamento da instituição. Por outro lado, as Outras Despesas Correntes, conforme apontado nas análise do BO, se refere basicamente às despesas com manutenção das instalações e serviços terceirizados.



Na Tabela 26, observa-se que 94,27% se refere aos restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de 2019 e apenas 5,73% advindos de exercícios anteriores, ou seja, configuram os restos a pagar não processados reinscritos, o que demonstra uma certa normalidade nos pagamentos e cancelamentos destes saldos tempestivamente.

Tabela 26 – Execução de Restos a Pagar Não Processados – Composição R\$ 1,00

Despesas	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2019	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	1.008.194,44	18.659.901,08	16.889.447,743	604.507,39
Despesas de Capital - Investimentos	1.474.907,27	22.182.526,23	13.428.658,32	24.627,67
Total	2.483.101,71	40.842.427,31	30.318.106,06	629.135,06

Fonte: Siafi Web, 2020.

Dos valores inscritos no encerramento de 2020, somente 1,3% das despesas são oriundos dos créditos de 2018, considerando principalmente os pagamentos previstos e o bloqueio e cancelamento conforme previsto no decreto 93.872/86 em relação às despesas não iniciadas.

Quanto aos créditos empenhados em 2019, 54% são despesas de capital, sendo que destes, 68% foram provenientes de autorização orçamentária para relevantes projetos plurianuais, de origem de créditos externos descentralizados quando do encerramento do exercício. Trata-se de aquisição de projetos e equipamentos de energia fotovoltaicos (solar) para o campi Viçosa (contratada: Ownergy Soluções - CNPJ 23.156.999/0001-68 e Sices Brasil Ltda - CNPJ 17.774.501/0001-28), continuação de obra do prédio do departamento de Fitotecnia - Etapa IV (contratada: Alcance Engenharia - CNPJ 20.501.854/0001-69) e contratação de Fundação de Apoio - Funarbe, para execução de projetos educacionais referente ao estudo sobre a agricultura irrigada do Centro-Oeste.

Em comparação aos exercícios anteriores, percebe-se que a política de redução dos estoques de restos a pagar surtiram efeito, conforme análise dos demonstrativos orçamentários. Os créditos empenhados e não liquidados estão sendo bloqueados no mês de junho do segundo ano consecutivo, sendo que, em caso de não desbloqueio por não atenderem aos requisitos previstos no decreto 93.872/86, são cancelados no encerramento deste exercício.

Desta forma, os saldos porventura reinscritos ou alongados de exercícios anteriores foram averiguados junto aos responsáveis pela contratação para as devidas providências e justificativas.

4.4.2. Restos a Pagar Processados

Refere-se aos dispêndios advindos de obrigações decorrentes de liquidações de despesas, principalmente, de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação. Conforme a tabela 27, no encerramento do exercício, verifica-se que as despesas com investimento – despesas de capital tiveram acréscimo irrisório, comparado ao total da conta.

Tabela 27 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – Composição R\$ 1,00

Despesas	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2019	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais	0,00	57.425.874,90	57.425.864,32	0,00
Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes	2.292.743,42	4.352.107,83	4.160.467,62	187.847,30
Despesas de Capital - Investimentos	220.996,56	700,00	0,00	0,00
Total	2.513.739,98	61.778.682,73	61.586.331,94	18.747,30

Fonte: Siafi Web, 2020.



Pode constatar que 96,09% se refere aos restos a pagar processados inscritos em 31 de dezembro de 2019 e 3,91% advindos de exercícios anteriores. Ao final do exercício de 2020 foram pagos R\$61.586.331,94 e cancelados R\$18.747,30 do montante total dos restos a pagar liquidados.

Vale ressaltar que com base nas informações, nos últimos anos houve uma redução, bem como estagnação do estoque de restos a pagar processados. Conforme informado no item 3.8 (Fornecedores), as obrigações inscritas em RPP (2,5 milhões) se referem em sua totalidade a despesas liquidadas e não pagas ou canceladas até o encerramento dos últimos três exercícios.

Por fim, salienta-se que o valor inscrito em Resto a Pagar Processado em 31/12/2019 (R\$57.425.874,90) referente à folha de pagamento de pessoal de dezembro de 2019, foi totalmente pago ainda no 1º trimestre de 2020.

5 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO – BF

A Lei nº 4.320/1964 disciplina que o Balanço Financeiro visa evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e transferidos para o início do exercício seguinte.

A tabela 28 apresenta o comparativo das receitas e despesas de 2020 em relação ao exercício anterior, bem como o seu resultado financeiro.

Tabela 28 – Resultado Financeiro – Em 31/12/2020

Item	R\$ 1,00		
	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Receitas Orçamentárias	4.239.369,77	11.265.121,27	-62,37
Despesas Orçamentárias	(986.567.893,04)	(973.934.475,70)	1,30
	(908.885.823,65)	(853.624.032,29)	6,47
Transferências Financeiras Recebidas	951.870.427,64	957.619.350,92	-0,60
Transferências Financeiras Concedidas	(7.225.718,44)	(9.424.244,89)	-23,33
	461.148.549,58	451.578.171,73	2,12
Recebimentos Extraorçamentários	130.031.433,30	109.290.235,91	18,98
Despesas Extraorçamentárias	(92.255.597,36)	(97.254.179,76)	-5,14
	37.775.835,94	12.036.056,15	2,14
Resultado Financeiro do Exercício	92.021,87	(2.438.192,25)	-103,77

Fonte: Siafi Web, 2020.

Ao comparar o exercício de 2019 e 2020, observou-se que a receita orçamentária apresentou uma redução de 62% na arrecadação. O motivo foi relatado no tópico sobre as receitas orçamentárias do balanço patrimonial (4.1.1), onde ressalta-se o impacto na fonte de receita própria da UFV, decorrente da pandemia COVID-19 com a redução e paralisação de algumas atividades acadêmicas presenciais. Desta forma, não esses dados não representam necessariamente uma tendência no decorrer dos próximos exercícios.

Como principal fonte de ingressos financeiros, as despesas orçamentárias mantiveram certa estagnação (+1,3%), o que, conjugado com os dados das transferências recebidas, justifica a menor pressão por necessidade de receitas externas para cobrir as despesas. A análise aprofundada e comparativa entre as receitas e despesas orçamentárias foi abordada no tópico 4 das notas explicativas relacionadas ao Balanço Orçamentário.

Necessário esclarecer que as transferências financeiras recebidas são advindas, em sua maioria, pelos recursos recebidos pelo MEC (Tesouro Nacional), e de outros órgãos da administração pública federal, para o pagamento de despesas orçamentárias, principalmente as despesas obrigatórias com pessoal e encargos, principal dispêndio da instituição. Além disso, em relação aos recebimentos “Independentes da Execução Orçamentária”, são compostas pelos recursos auferidos para o pagamento de restos a pagar inscritos.

Conforme relatado, portanto, os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Despesas Orçamentárias, que englobam as despesas ordinárias e vinculadas fixadas no orçamento público, cuja realização depende de autorização legislativa.

5.1. Restos a Pagar Não Processados

O grupo de Recebimentos Extraorçamentários inclui a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados ao lado dos Ingressos, de modo a compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) ao lado dos Dispêndios. Essa metodologia está definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (art. 35). Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, "os Restos a Pagar inscritos serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária" (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Para ilustrar, no balanço financeiro de 2020, do valor de R\$67.504.061,66, 24% se refere aos créditos empenhados com despesas de capital. Por outro lado, das maiores despesas se referem a custeio, sendo que por volta de 45% foram destinados a cobrir despesas com serviços de manutenção e ampliação de estruturas físicas em geral, em todos os campi.

Por se tratar de ingressos vinculados à inscrição dos restos a pagar, o aumento dos recebimentos extraorçamentários não apresenta necessariamente uma condição relevante para análise. Por outro lado, há que salientar o constatado aumento na regularização dos estoques dessa conta, conforme discutido no tópico do balanço orçamentário.

Vale ressaltar as providências adotadas pelos órgãos vinculados ao MEC em cumprimento à determinação do TCU exarada no seu Acórdão nº 2823/2015-P para redução e contenção do estoque de restos a pagar no âmbito da administração pública federal, objeto dos ofícios circulares conjuntos da Secretaria de Orçamento Federal, da STN e da CGU.

5.2. Restos a Pagar Processados

Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais vinculadas às despesas efetivamente liquidadas, não houve evolução relevante em relação a exercícios anteriores. A principal informação a ser apontada se trata dos RPP registrados em contrapartida à conta de fornecedores referente a exercícios anteriores a 2017, o qual encontra-se em situação de alongamento indevido, ou seja, pendentes de pagamento a diversos exercícios, sendo que estas informações foram tratadas no tópico referente ao passivo do balanço patrimonial (3.8).

5.3. Resultado Financeiro – Balanço Financeiro

Há duas formas para o cálculo do resultado (metodologia 1 e metodologia 2) apresentadas nas Tabelas 29 e 30.

Tabela 29 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 1 R\$ 1,00

Metodologia 1	31/12/2020	31/12/2019	AH %
(+) Ingressos (exceto Caixa)	1.086.141.230,71	1.078.174.708,10	0,74
(-) Dispêndios (exceto Caixa)	1.086.049.208,846	1.080.612.900,35	0,50
Resultado Financeiro do Período	92.021,86	(2.438.192,25)	2549

Fonte: Siafi Web, 2020.

Tabela 30 – Resultado Financeiro do período – Metodologia 2 R\$ 1,00

Metodologia 2	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	71.220.287,08	71.128.265,21	0,01
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo do Exercício Anterior	71.128.265,21	73.566.457,46	-3,31
Resultado Financeiro do Período	92.021,86	(2.438.192,25)	2549

Fonte: Siafi Web, 2020.



O resultado financeiro do período foi equilibrado, com leve superávit de R\$92 mil, contudo apresentando evolução relevante em relação ao mesmo período do exercício de 2019.

Pela análise da composição das despesas no BF, observa-se que os montantes recebidos (ingressos), incluído a compensação dos recursos a receber de RP (independente de execução orçamentária) é equivalente aos dispêndios ocorridos, o que pode ser ratificado com os saldos dos caixas no início e final do exercício que pouco variaram, ocasionando em um resultado financeiro superavitário, conforme detalhamento apontado no tópico 5.3.

6. NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL – DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio e evidencia as alterações, resultantes ou não da execução orçamentária, para apurar o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP demonstra a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2020 foi superavitário em R\$222.414.064,34 ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas como exposto na Tabela 31.

Tabela 31 – Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) X Diminutivas (VPD) R\$ 1,00

Conta			31/12/20	31/12/19	AH %
Variações (VPA)	Patrimoniais Aumentativas		120.6170.399,61	985.025.493,55	22,45
Variações (VPD)	Patrimoniais Diminutivas		990.965.788,93	1.340.271.495,86	-35,25
Resultado Patrimonial do Período			215.204.610,68	-355.246.002,31	265%

Fonte: Siafi Web, 2020.

Enquanto as Variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram uma evolução de 22,45%, as Diminutivas reduziram 35,25% em relação ao mesmo período de 2019. Desta forma contribuiu para o resultado patrimonial positivo relevante, ante ao resultado deficitário de 2019.

Nos tópicos seguintes serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros contabilizados no Balanço Patrimonial.

6.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

6.1.1. Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Registra as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços e demais receitas administrativas, próprias da instituição, conforme apontado nas receitas orçamentárias do balanço orçamentário. No exercício houve uma redução significativa nestas receitas (181%), o que foi detalhado no tópico sobre o balanço orçamentário, sendo resultado da paralisação das atividades internas ocasionada pela pandemia COVID-19. Todavia, conforme apontado na DVP, não foi suficiente para impactar o resultado do exercício.

6.1.2. Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Compreende o valor total das variações patrimoniais aumentativas decorrentes da remuneração do saldo diário dos depósitos da União existentes no Banco Central e aplicação de recursos da conta única de acordo com a rentabilidade média intrínseca dos títulos do Tesouro. Os procedimentos para registro tempestivo das remunerações dos depósitos em conta única foram iniciados em 2019 pela STN, o que deu maior fidedignidade ao resultado patrimonial da UFV. Em 2020, este item correspondeu a 0,04% do grupo de VPAs e teve um decréscimo de 34% se comparado ao exercício de 2019. Mais informações consta do tópico específico do balanço patrimonial (direitos)

6.1.3. Transferências Intragovernamentais

Dado as características dos créditos orçamentários da instituição, esse item apresenta a maior representatividade (79%) no grupo de receitas recebidas por ser a principal fonte de recursos, mantendo uma estabilidade se comparado ao exercício de 2019.

Para entendimento dos detalhes dessa receita deverá reportar ao balanço orçamentário e balanço financeiro (receitas de transferências).



6.1.4. Ganhos com Desincorporação de Passivos

A variação deste grupo se refere à conta 46401.0100 – Ganhos com Desincorporação de Passivo na UG 154051. Esta conta passou a ser registrada no exercício de 2018, em razão da nova rotina de TED (Termo de Execução Descentralizada), quando começou a apropriar o ativo (conta 11382.38.00 - Adiantamento de TED) com contrapartida na VPA da UG descentralizadora.

Todavia nesse exercício apresentou relevância, considerando a baixa de precatórios de terceiros, no valor de 234 milhões, sendo responsável pelo acréscimo na conta de 1690% em relação ao exercício anterior e 20% das VPA's do período.

A apropriação do ativo como contrapartida dessa VPA foi abordada em nota explicativa do BP (Demais Obrigações a curto prazo - 3.10).

6.1.5. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

A redução nesse tipo de variação aumentativa (-266%) expõe a relação relevante com a redução na arrecadação das receitas próprias, considerando que parte destas se refere a multas administrativas aplicadas em terceiros por descumprimento de cláusulas contratuais a serem pagas à UFV, bem como indenizações, restituições e outros ajustes decorrente de retificação de receitas orçamentárias. Por outro lado, não tem relevante contribuição no resultado do exercício, sendo de caráter altamente cíclico.

6.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

6.2.1. Remuneração a Pessoal

Representa as variações da remuneração do pessoal ativo civil reduzidas dos subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Portanto, é a principal despesa institucional gerada pela provisão de despesas com pessoal ativo e inativo, cuja representatividade foi de 35% das VPDs.

Devido seu caráter obrigatório, não teve impacto relevante por motivo da pandemia COVID-19, com exceção às despesas com auxílio transporte, cuja redução de 165%, foi ocasionada pelo afastamento da maioria dos servidores em trabalho *home office*, sendo o principal responsável pela redução nas despesas com Benefício a Pessoal em relação a 2019 (-92%).

As informações sobre a execução destas despesas no exercício de 2020 estão detalhadas no tópico específico do balanço orçamentário.

6.2.2. Encargos Patronais

Referem-se às despesas diretas de responsabilidade do empregador UFV, decorrentes dos custos com remuneração de pessoal e pensionistas. Assim sendo, sua análise está diretamente relacionada à Remuneração de Pessoal.

6.2.3. Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social e do regime geral da previdência social, bem como as ações de assistência social.

Os dispêndios com aposentadorias do pessoal inativo ficou na ordem de 27% das VPDs, e acréscimo de 3% em comparação ao exercício anterior, não sofrendo grande impacto, da mesma forma das despesas com ativos.

O principal destaque a ser observado nesse grupo de VPD se refere aos Outros Benefícios Assistenciais a Pagar, cujo acréscimo (3978%) deve ser analisado com ressalvas. Conforme detalhado no tópico 3.7 do balanço patrimonial, os registros nessa conta de benefícios somente foram considerados a partir do exercício de 2020, o qual correspondente ao repasse ao Instituto UFV de Seguridade Social – AGROS (CNPJ 20.320.487/0001-05), do benefício de assistência à saúde per capita - médica odontológica - dos servidores da UFV. Desta forma, somente a partir do próximo exercício financeiro teria base de comparação para sua análise.

6.2.4. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Corresponde às diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras, sendo responsável por 7,9% das VPDs de 2020. Vale ressaltar que a depreciação mensal dos bens foi devidamente lançada com base no Relatório de Movimentação de Bens (RMB).

O principal impacto no exercício foi representado pela conta de Sentenças Judiciais, o qual foi responsável pela redução de 411% na VPD de serviços, fato esse descrito no item da conta Outras Obrigações do balanço patrimonial. Desta forma, se trata de variação eventual, sendo necessário ressaltar nas análises do resultado do exercício. Por outro lado, apesar dos problemas relacionados à pandemia, não houve redução relevante nas despesas voltadas às atividades operacionais, acadêmicas e administrativas.

6.2.5. Transferências e Delegações Concedidas

Englobam as transferências intergovernamentais, intragovernamentais, a instituições multigovernamentais, privadas com ou sem fins lucrativos, convênios, ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Na UFV, as principais transferências se referem as intragovernamentais (CEDAF e CEPET), a instituições privadas (ANDIFES), ao exterior (anuidade da Associação da Câmara do Comércio Brasil – Catalunha) e outras transferências (bens transferidos entre unidades gestoras subordinadas – CEDAF/CEPET/CRP). Ao comparar com o exercício anterior, constatou-se uma redução de 29%, o que pode ser confirmado em análise do balanço financeiro. Contudo, dado sua representatividade (0,8%) do total das VPDs, tal informação é apenas de caráter informativo e não relevante.

6.2.6. Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Incluem a desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

No exercício teve maior representatividade a conta de incorporação de passivo, ocasionado principalmente pelo registro da contrapartida pelo recebimento de TED's à comprovar junto ao órgão concedente. Porém, o seu aumento deverá ser traduzido como situação eventual, o que apesar de impactar o patrimônio negativamente, representa apenas uma despesa econômica, tendo em vista não representar saída de financeiro, sendo sua obrigação concluída após a comprovação junto ao órgão cedente.

6.2.7. Incentivos

No grupo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas houve um aumento de 3,92% dos incentivos, que representaram 0,9% das VPDs de 2020 e incluem o pagamento de bolsas de diversos estudos nos campi Viçosa e CEDAF, de caráter recorrente dado às atividades inerentes da UFV.

7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

7.1. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes Caixa

No exercício de 2020, a Geração Líquida de Caixa apresentou um acréscimo se comparado a 2019. Na Tabela 32, detalhou-se a formação de Caixa e equivalentes de caixa ocorrida.

Tabela 32 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

Item	31/12/2020	31/12/2019	R\$ 1,00 AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	71.128.265,21	73.566.457,46	(3,43)
Geração Líquida de Caixa			
- Atividades Operacionais	16.370.609,88	15.324.339,13	6,82
- Atividades de Investimentos	-16.278.588,01	-17.762.531,38	9,12
- Atividades de Financiamento	0,00	0,00	-
	92.021,87	-2.438.192,25	2549
Total	71.220.287,08	71.128.265,21	

Fonte: Siafi Web, 2019/2020.

Adotando o princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC demonstram o resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o encerramento de 2020, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$92.021,87.



O fluxo de caixa líquido inicial das atividades da UFV foi de R\$71.128.265,21 no exercício de 2020, enquanto em 2019 corresponde a R\$73.566.457,46. A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa final cresceu 0,12% se comparado a 2019 mediante as informações contidas no balanço financeiro (5.3), no tocante a pouca variação e principalmente equalização dos déficits do exercício anterior.

7.1.1. Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as responsáveis pela maior movimentação na geração líquida de caixa, fato esse esperado dado as características das operações da UFV, tratados nos tópicos do balanço orçamentário e financeiro. A receita de maior representatividade foi o grupo de Outros Ingressos representados pelas Transferências Financeiras Recebidas do MEC e outros órgãos conforme consta no Balanço Orçamentário.

Os desembolsos totalizaram R\$940 milhões, o qual foram utilizados principalmente para cobrir os gastos com pessoal e transferências concedidas à manutenção das demais UG's vinculadas. Além disso, os ingressos provenientes de receitas próprias são insuficientes para custeá-los de modo que as transferências recebidas visam equalizar a situação.

7.1.2. Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital distintas das destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

De um modo geral, têm-se nos ingressos de caixa, em outras palavras, todas as atividades que visam a troca de ativos de liquidez baixa para alta. Desta forma, entende-se por exemplo, como as receitas de capital resultantes de conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas e transferências de capital recebidas.

Por outro lado, os desembolsos relacionados às atividades de investimento, se constituem com a aquisição de ativos de baixa liquidez (longo prazo para geração de benefício) e a concessão de empréstimos e financiamentos de longo prazo. No caso da UFV, a principal atividade se destina a realização e formação de ativos reais abrangendo, entre outras ações, o planejamento e execução de obras, compra de instalações, equipamentos e material permanente, o qual mantiveram de certo modo estáveis.

As atividades de investimento apresentaram um acréscimo de 9% em relação ao exercício de 2019, em decorrência da redução da aquisição de ativos não circulantes e outros desembolsos de investimentos.

7.1.3. Atividades de Financiamento

Na UFV, não há registros até o término do exercício 2020 de atividades relacionadas às operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos e outras receitas de capital consideradas como atividades de financiamento.